

IMPRESSO

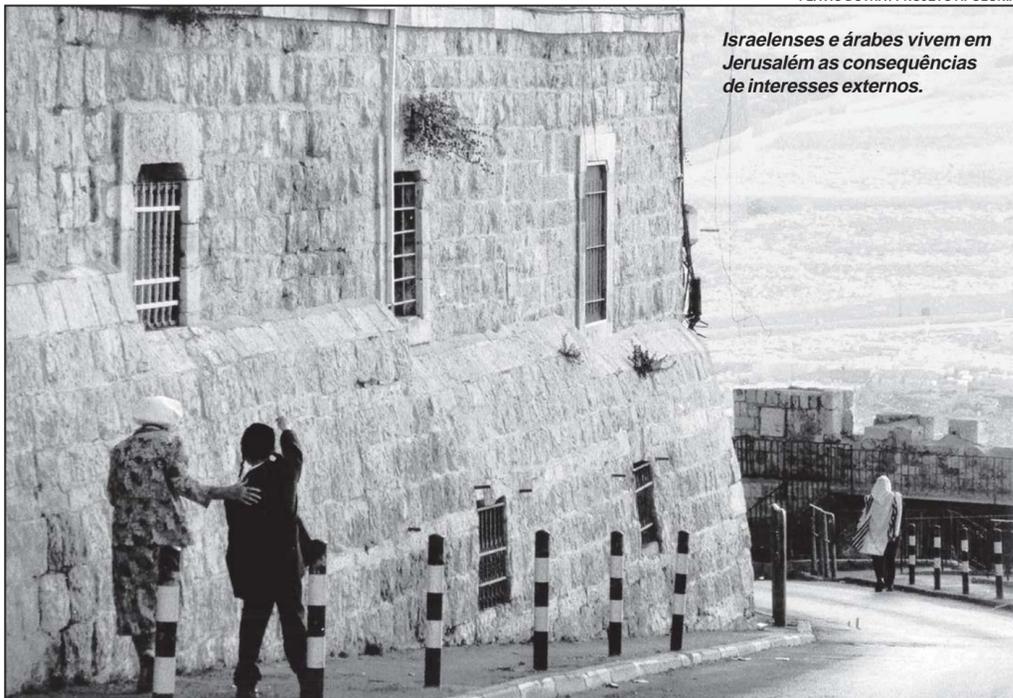
Radicalismo marca os conflitos no Oriente Médio

Especialistas analisam o que ocorre neste território que é o berço das primeiras civilizações e foco da disputa pelo petróleo

Há quase um século os povos do Oriente Médio vivem sucessivas guerras. Além dos conflitos internos para o estabelecimento dos estados nacionais e a tentativa de chamar atenção para seus problemas através de atos terroristas, as populações desta região sofrem as consequências bélicas de interesses externos.

O Jornal da Universidade convidou a professora de graduação e mestrado do curso de Relações Internacionais da UFRGS, Heloísa Machado da Silva, e o jornalista e especialista em assuntos internacionais Jurandir Soares para analisarem a história desses conflitos.

— Página 4



FLÁVIO DUTRA / PROJETO APOLÔNIA

Israelenses e árabes vivem em Jerusalém as consequências de interesses externos.

Sistema avalia universidades brasileiras

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) tem como finalidade formular propostas para o desenvolvimento e melhoria das universidades, observando a visão pedagógica. Fundamental para a manutenção da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, essa avaliação institucional transformou-se em importante instrumento de aferição, que resultará na aplicação de conceitos numa escala de cinco níveis a cada dimensão avaliada. Por sua experiência e tradição no processo auto-avaliativo, a UFRGS ocupa posição de destaque entre as maiores instituições de ensino superior.

— Página 3

Núcleo de Design leva novo conceito às empresas

Pesquisadores de engenharia de produção trabalham há dez anos junto ao Terceiro Setor a partir de uma abordagem de macroergonomia. Sob a coordenação da professora Lia Buarque de Macedo Guimarães, o grupo multidisciplinar do Núcleo de Design e Ergonomia (NDE), do Laboratório de Otimização de Produtos e Processos (LOPP), busca melhorar a qualidade do ambiente de trabalho nas fábricas num enfoque que não se restringe a aspectos técnicos, mas sócio-técnicos.

— Página 5

UFRGS implanta assessoria de captação

Desde março, a universidade conta com uma Assessoria de Captação de Recursos para expansão do espaço físico. A primeira tarefa do novo órgão, coordenado pelo professor Carlos Horn, é o levantamento dos vários projetos existentes na UFRGS que necessitam de financiamento. Entre os projetos que aguardam recursos está o de construção da biblioteca geral, no Campus do Vale.

— Página 8



RENI JARDIM

Obras e documentos raros integram o acervo do Instituto de Artes.

Arquivo nasce de uma tese de doutorado

O Arquivo Geral do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Agia) foi criado com a fundação da então Escola de Artes do RGS, em 1908. Pertence ao Arquivo, toda a documentação histórico-administrativa, cultural e acadêmica do Instituto de Artes. Por meio de um planejamento rigoroso e objetivo, houve a transformação de depósito de documentos em arquivo, possibilitando assim, o uso do Arquivo Geral tanto interno, como ex-

terno, a racionalização e a garantia do fluxo de informações.

O professor Círio Simon defendeu em 2002, a tese "Etapas e contribuições do Instituto de Artes da UFRGS na constituição de expressões de autonomia no sistema de artes visuais do Rio Grande do Sul entre 1908 e 1962", tendo como enfoque a escola de artes e o curso de artes plásticas na história do Instituto de Artes da UFRGS.

— Página 9

Universidade integra programa de microeletrônica

Centro de Excelência e Tecnologia Avançada faz parceria com a UFRGS e PUCRS para abrigar Centro de Design. O Ceitec será a única instituição latino-americana capacitada a produzir circuitos integrados, a tecnologia-chave para a Sociedade da Informação, para aplicação nos segmentos de telecomunicações, informática e automação de veículos.

A escolha da UFRGS para integrar o Programa Nacional de Microeletrônica deve-se ao reconhecido trabalho já desenvolvido pelos pesquisadores e estudantes do Instituto de Informática.

— Página 8



FLÁVIO DUTRA

ENTREVISTA MINISTRO TARSO GENRO

RICARDO DE ANDRADE



“A reforma colocará a universidade num novo patamar de democratização”

O ministro da Educação diz que o projeto de reforma universitária, que deverá ser remetido ao Congresso Nacional em julho, não pode ser muito minudente nem exaustivamente regulatório. Tem que ser um conjunto de normas que desequilibre positivamente o sistema atual, com previsão para um novo equilíbrio, que colocará a universidade brasileira num novo patamar de democratização, de modernização e de qualidade.

Segundo Tarso Genro, o que vai reorganizar a universidade é um processo de reforma e não um ato normativo de reforma. E isso exigirá novas medidas regulatórias internas da universidade e externas do go-

verno federal, além de uma mudança de cultura política da universidade, que se dará por dentro desse processo de transformações.

Um dos pontos destacados pelo ministro diz respeito à criação dos conselhos sociais, que já existem em algumas universidades comunitárias do Rio Grande do Sul. Para ele, a principal função destes órgãos será o estabelecimento de uma relação de diálogo permanente das universidades com a sociedade, mas sem efeito normativo. Contudo, aquelas instituições que mantiverem um conselho social com relações adequadas com a sociedade terão uma avaliação melhor.

— Página central

CULTURA

Alunos do DAD apresentam espetáculos teatrais

O Projeto Teatro, Pesquisa e Extensão retomou as apresentações de peças teatrais produzidas pelos alunos do Departamento de Arte Dramática do Instituto de Artes.

Desenvolvido em parceria pelas Pró-Reitorias de Pesquisa e de Extensão da universidade, o projeto estará promovendo, todas as quartas-feiras do mês de maio, a exibi-

ção da peça *Um Qorpo Santo*. O espetáculo, encenado pelo ator Rico Assoni, é uma colagem de textos do controverso dramaturgo gaúcho, e as apresentações serão realizadas na Sala Alzira Azevedo (Av. Salgado Filho, 340) em dois horários: às 12h30min e às 19h30min. A entrada é franca.

— Página 10

Projeto abre espaço para a música brasileira

Teve início no dia 7 de abril, com um show do grupo paulista *Moder-na Tradição*, a edição 2005 do Programa Unicultura. O espetáculo foi o ponto de partida para uma série de atividades que incluem shows, exibição de filmes e realização de debates e oficinas, que serão desenvolvidos até dezembro pelo Departamento de Difusão Cul-

tural da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS. A agenda para o mês de maio prevê a exibição de três filmes de curta-metragem, na Sala Redenção, no dia 4; show com *Arthur de Faria & seu Conjunto*, no dia 5; e a realização da oficina *Música serve pra isso?*, no Museu da UFRGS, no dia 6. Todas as atividades com entrada franca.

— Página 11

ESPAÇO DA REITORIA

UFRGS realiza concursos docentes

JOSÉ CARLOS FERRAZ HENNEMANN

Reitor

Das atividades de grande importância, entre muitas que ocorrem no dia a dia de funcionamento da UFRGS, ocupam horas de trabalho das Pró-reitorias, Secretarias e da COPERSE no momento: a abertura de concurso público para professor e o ingresso extravestibular. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul recebeu autorização para concurso de 90 vagas docentes das duas mil, recentemente, liberadas pelo Ministério da Educação. O fato de ter sido contemplada com um número de vagas que pode ser considerado razoável, embora ainda não atenda as necessidades de reposição de professores, significa o reconhecimento das atividades de ensino realizadas em nossas unidades acadêmicas. Nossos professores e, isto é público, possuem uma elevada carga horária dividida entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Certamente a abertura destas 90 vagas, que vão permitir uma renovação no quadro docente, possibilitarão novas pesquisas, diferentes ações de extensão e um melhor reposicionamento no ensino de graduação e pós-graduação. Somadas as vagas para o ensino superior, a UFRGS também recebeu autorização para concurso de doze vagas para o ensino médio e técnico que vão contemplar o Colégio de Apli-

cação e a Escola Técnica. O quadro docente da Universidade seja na graduação, no ensino médio ou técnico ainda é incompleto porque as demandas por novos cursos, alterações curriculares e o crescente número de alunos exige mais professores. Porém, o momento atual, com a liberação de concursos públicos para o preenchimento destas 102 vagas, é muito importante e permite que a Universidade tenha condições de propor novas formas de atender as demandas da sociedade. Entre as respostas que a UFRGS oferece está a abertura de 463 vagas para o ingresso extravestibular em 45 cursos de graduação. O ingresso extravestibular possibilita, além da continuidade do curso para aqueles que por diferentes razões interromperam seus cursos de graduação na própria Universidade, a transferência de outras universidades e até mesmo a realização de um outro curso de graduação para os portadores de diploma de curso superior.

Enquanto administrativamente a Universidade prepara estas duas importantes ações, que em breve serão concretizadas com o ingresso de novos professores e novos alunos, aproveite para ler nosso Jornal que traz informações sobre o que acontece na UFRGS.

O Instituto de Artes não é uma ilha

CÍRIO SIMON

Professor do Instituto de Artes

Ele nasceu, progrediu e se projetou para o futuro a partir das doações e das liberalidades de uma sociedade que estava na busca de um projeto civilizatório republicano. Aproveitando o ambiente do primeiro fervor republicano e potencializando aqueles que mais se interessavam pela arte de uma forma pura, o Instituto os colocava em contato com aquilo que de mais avançado existe na arte mundial.

O atual Instituto de Artes da UFRGS nasceu como Instituto Livre de Belas Artes do Rio Grande do Sul num movimento de 65 comunidades do Estado. Foi orientado pelos docentes das Faculdades de Direito, Medicina e Escola de Engenharia, que nada recebiam por esta atividade diretiva.

Este Instituto criou, em 1909, o seu próprio Conservatório de Música e, em 1910, a sua Escola de Artes. As diversas cidades do Rio Grande do Sul, daquelas 65 comunidades que haviam se mobilizado em 1908, foram constituindo os seus próprios Conservatórios e Escolas de Arte, a partir dos docentes formandos destas duas unidades. Assim, o Rio Grande do Sul possui quinze instituições superiores de arte no ano de 2005. Cada nova unidade dessas conservou as características que a sua comunidade lhes propiciava e também não construiu uma ilha de excelência alienada das potencialidades do seu meio.

O espírito republicano, do qual o Instituto de Artes é tão cioso, produz no campo das artes aquele mesmo efeito que as pequenas repúblicas do Renascimento Italiano produziam no espírito dos artistas que se consideravam cidadãos e com o mesmo espírito do demais cidadãos, iam para praça oferecer as suas criações. O artista republicano evita na sua ação criativa primordial ser súdito, vassalo, serviçal e muito menos escravo, apesar de todas as mordomias e títulos que tal heteronomia poderia produzir, ou ser usado, para mantê-lo na condição de súdito, vassalo ou escravo.

O Instituto Livre, reforçado pelo projeto republicano, encontrou inúmeras dificuldades numa sociedade que viveu e que considera ainda condição natural séculos como súdito, vassalo ou escravo. O coronelismo, o cacequismo e o espírito imperial impregnaram a sociedade brasileira de alto a baixo e um comportamento esperado de quem manda e obedece. A arte teve de enfrentar este tabu do autoritarismo endêmico.

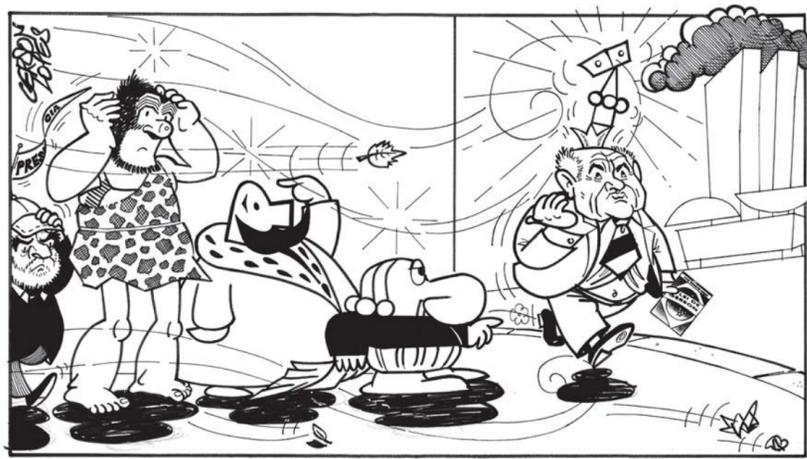
Enfrentou este autoritarismo numa sociedade recém liberta do Império, da escravidão. Colheu poucos frutos no primeiro momento. Com a Revolução de 1930 os docentes-artistas tomaram a condução no campo das artes da sua autoridade específica e de forma republicana. Tentaram introduzir o Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul na universidade embrionária de Porto Alegre. Foram expulsos desta universidade local seis vezes. Instituto e Universidade se reencontraram em 1962, quando ambos já eram federais.

Deste conjunto de lutas e posições firmes de autonomia do campo de artes é possível verificar um conjunto imenso de virtudes. Mas o que se destaca é o cultivo constante do paradigma que pudesse, de um lado, propiciar ao artista uma instituição segura e de outro, fazer com que este artista pudesse usufruir a sua liberdade de cidadão republicano radicado no Rio Grande do Sul e vivendo de sua arte.

Assim, depois de 97 anos de existência, o Instituto de Artes apresenta uma imensa galeria de artistas, que deixaram na instituição muito mais do que receberam dela. Com este gesto apontaram, de forma continuada pelas suas obras de arte, um caminho alternativo à violência da guerra, à degradação moral e à alienação mercadológica ou mística, pragas presentes onde existe uma pessoa humana. Estes artistas, como cidadãs e cidadãos, praticaram conscientemente este gesto de entrega das suas obras para enobrecer toda a sociedade sul-rio-grandense, cultivando e alentando um projeto civilizatório continuado de um século.

CHARGE

GERSON LOPES



O Brasil precisa desta reforma?

NELSON MORAES DA SILVA ROSA

Técnico-administrativo

“A educação é um elemento constituinte do novo modelo de desenvolvimento que estamos construindo no Brasil. Ela é vital para romper com a histórica dependência científica, tecnológica e cultural de nosso país e consolidar o projeto de nação democrática, autônoma, soberana e solidária.”

“O processo de globalização colocou o nosso país e a universidade diante de uma encruzilhada. De um lado, o caminho da desregulamentação e da mercantilização do ensino, que retira do Estado o protagonismo na definição das políticas educacionais. De outro um projeto que percebe a educação superior como um direito público a ser ofertado pelo Estado gratuitamente, com qualidade, com democracia e comprometido com a dignidade do povo brasileiro, com as expressões multiculturais que emergem do interior da sociedade, com a sustentabilidade ambiental e com o desenvolvimento tecnológico de sua estrutura produtiva.”

Assim o Ministério da Educação iniciou a explicação pública sobre a reforma da educação superior.

O processo de globalização não colocou o país diante de uma encruzilhada, e sim escancarou a diferença que existe entre a universidade brasileira e as do chamado “Primeiro Mundo”. Lógico que não podemos incluir as ilhas de excelência de nossas universidades. Se para o governo esta reforma é a solução para encruzilhada entre a desregulamentação do ensino e um projeto que percebe a educação superior como um direito, parece-nos um discurso vazio, pois não pode haver encruzilhada, entre um dever do Estado e uma obrigação constitucional.

A regulamentação do ensino é responsabilidade do Estado, e se este se omite, é descaço. O protagonista na definição das políticas educacionais é o Estado, e sua omissão, põe em risco a soberania nacional. Equivoca-se o senhor Ministro quando restringe apenas a educação superior a um direito, pois a educação em sua integralidade é dever do Estado (artigo 205 da Constituição) e a gratuidade (artigo 206 inciso IV) não é nenhuma novidade recém conquistada de um novo projeto, e sim antiga obrigação constitucional. Esta gratuidade é onerosa ao Estado e este quer se desobrigar de subsidiar o aluno carente e, para isto, cria uma loteria (artigo 52 da proposta) que arcaria com os custos, numa clara manifestação de que vê o aluno de baixa

renda como um ônus, um pesado “fardo”, um peso morto a ser carregado. Certamente os alunos teriam que dividir o seu tempo entre atender as suas tarefas acadêmicas e ir para as esquinas pedir insistentemente que a população jogue cada vez mais para não diminuir os fluxos do financiamento de seu custeio. O vestibular não é jogo em que se aposte a esperança para a realização acadêmica, e a sociedade não pode admitir que a universidade possa ser sustentada pelo aleatório resultado de um jogo.

As políticas e ações afirmativas públicas propostas obrigam as instituições federais de educação superior a reservar, no mínimo, cinquenta por cento das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas, porém este percentual deverá ser preenchido por auto-declarados negros e indígenas igual à proporção de negros, pardos e indígenas. Em nossa instituição o percentual de ingresso de estudantes provenientes de escolas públicas é muito próximo ao desejado pelo governo, em decorrência do grande número de aprovados oriundos de duas instituições federais, o Colégio de Aplicação da UFRGS e o Colégio Militar, onde a qualidade do ensino é incontestável. Se o percentual não é alcançado, é fruto da desqualificação da maior parte do ensino público de primeiro e segundo graus, e portanto, devemos atacar a causa e não maquiagem a consequência.

A proposta é inconstitucional, preconceituosa e discriminatória, pois a Constituição Federal diz em seu artigo 3º que um dos objetivos fundamentais da República é promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, e no 205 que um dos princípios do ensino é o da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. A proposta, além de privilegiar os oriundos do ensino público, não resulta na desejada equidade social, pois tendo dois alunos carentes aprovados, vizinhos, com a formação nas mesmas escolas públicas, um deles será excluído tão somente pela cor da sua pele.

A proposta governamental parece querer que a universidade solucione os problemas estruturais da sociedade brasileira, absorvendo as consequências. No discurso do governo, a universidade parece ser mais uma vez a culpada pelas mazelas brasileiras, pois em última forma é quem ensina a um pensar crítico e desatrelado de ideologias e populismos, e isto é potencialmente perigoso.



Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Av. Paulo Gama, 110, Porto Alegre/RS, CEP 90046-900
Fone: (51) 3316-7000
homepage internet: www.ufrgs.br

ADMINISTRAÇÃO

Reitor

José Carlos Ferraz Hennemann

Vice-reitor

Pedro Cezar Dutra Fonseca

Pró-reitor de Coordenação Acadêmica

Pedro Cezar Dutra Fonseca

Pró-reitor de Graduação

Carlos Alexandre Netto

Pró-reitora de Pós-graduação

Valquíria Linck Bassani

Pró-reitor de Pesquisa

Cesar Augusto Zen Vasconcellos

Pró-reitor de Extensão

Antonio Carlos Stringhini Guimarães

Pró-reitora de Planejamento

e Administração

Maria Aparecida Grendene de Souza

Pró-reitora de Recursos Humanos

Maria Adélia Pinhal de Carlos

Superintendente de Infra-estrutura

Darci Barnech Campani

Secretário de Assuntos Estudantis

Angelo Ronaldo Pereira da Silva

Secretária de Avaliação Institucional

Ana Maria e Souza Braga

Secretário de Educação a Distância

Julio Alberto Nitzke

Secretária de Desenvolvimento Tecnológico

Maria Alice Lahorgue

Secretário do Patrimônio Histórico

Christoph Bernasiuk

Secretário de Relações Institucionais e Internacionais

Paulo Gilberto Fagundes Visentini

Secretária de Comunicação Social

Sandra de Deus

Coordenador de Educação Básica e Profissional

Aldo Antonello Rosito

Procurador-geral

Armando Pitrez

Chefe de Gabinete

João Roberto Braga de Mello

Jornal da
Universidade

Publicação da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS

Conselho Editorial - Aron Taitelbaun, Cesar Antonio Leal, Diogo Onofre Gomes de Souza, Eduardo Pedro Corsetti, Enno Dagoberto Liedke, Luis Augusto Fischer, Marcia Benetti Machado, Maria Heloisa Lenz e Paulo Francisco Estrela

REDAÇÃO

Av. Paulo Gama, 110 - 8º andar, Porto Alegre, RS

Fone/fax: (51) 3316-3368/3316-3497

e-mail: jornal@ufrgs.br

homepage: http://www.ufrgs.br/jornal

Editora-chefe

Ánia Chala

Editor-executivo

Ademar Vargas de Freitas

Secretária de redação

Sandra Salgado

Repórteres

Clarice Siedler, Jacira Cabral da Silveira e Sonia Torres

Projeto gráfico

Anibal Bendati

Diagramação

Juliano Bruni Pereira

Fotografia

Flávio Dutra, Luiz Ricardo de Andrade e Reni Jardim

Ilustrações

Gerson Lopes

Colaboraram nesta edição

Caroline da Silva e José Carlos de Azevedo

Circulação

DSB Distribuidora Ltda

Fotolitos e impressão

Gazeta do Sul S.A.

Tiragem 12 mil exemplares

UFRGS é referência em avaliação institucional

SONIA TORRES
Jornalista

A auto-avaliação está na ordem do dia para a maioria das universidades brasileiras, públicas ou privadas. Esse processo avaliativo, interno ou externo, abriga pressupostos de melhorias para as instituições de educação superior, visando a sua qualidade e responsabilidade social.

As maiores universidades brasileiras estão sendo convidadas a antecipar para 31 de agosto deste ano a entrega ao Ministério da Educação do resultado da auto-avaliação, embora o prazo só expire no dia 1º de setembro de 2006, de acordo com a lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). O motivo – além da diferença existente entre as Instituições de Ensino Superior (IES) quanto ao número de alunos – é a experiência que algumas universidades, como a UFRGS, já têm desse processo. De acordo com o presidente da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), Héliqio Henrique Casses Trindade, uma resolução assinada pelo ministro da Educação, Tarso Genro, atribui à Conaes a função de coordenar e supervisionar o processo de avaliação das instituições e definir os respectivos prazos.

Héliqio explica que as cerca de 2 mil IES do país tiveram seu perfil traçado conforme o número de alunos. No artigo 1, da resolução número 1, de 11 de janeiro de 2005, a Conaes estipula prazos e calendário para a avaliação dessas instituições. Nele, fica determinado que as IES que voluntariamente se dispuserem a concluir o processo de avaliação interna até 31 de agosto deste ano, terão prioridade na avaliação externa e poderão solicitar visita da comissão a partir do segundo semestre.

Para as instituições que não forem contempladas com esse dispositivo, fica estabelecido um calendário de acordo com seu tamanho e com as formas de organização acadêmica. Instituições como faculdades integradas, faculdades isoladas, escolas e institutos de educação superior com até 500 alunos matriculados, terão prazo até 31 de agosto de 2005. Nas que, além do perfil anterior, agregam centros de educação tecnológica ou centros universitários e têm mais de 500 alunos, o prazo vai até 28 de fevereiro de 2006. Para as demais, o prazo para a entrega do relatório vai até 31 de maio de 2006. Visto como um desafio para a UFRGS, o novo prazo foi aceito pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), o que coloca a universidade em posição de liderança entre as IES.

SISTEMA APRIMORADO

Desde sua criação, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior está sob a coordenação e supervisão da Conaes. Esse sistema abrange a avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos estudantes.

O primeiro eixo é a avaliação dos cursos de graduação, pela qual as instituições, incluindo a UFRGS, vêm passando desde o governo anterior. Esse procedimento se refere ao reconhecimento dos cursos pelo Ministério da Educação, necessário para que os profissionais graduados possam atuar no mercado de trabalho. Isso se mantém dentro de uma sistemática que vem sendo executada, com algumas modificações, de acordo com a proposta do Sinaes.

O segundo, é a avaliação dos alunos, realizada por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). De acordo com a secretária de Avaliação Institucional da UFRGS (SAI) e presidente da Comissão Própria de Avaliação (CPA), Ana Maria e Souza Braga, não se trata de avaliar especificamente o que o aluno sabe em relação ao conteúdo do seu curso, mas sim o desenvolvimento da formação do universitário.

Representando o terceiro eixo, vem a apreciação das instituições de ensino que está subdividida em avaliação interna e externa. A primeira se dá no desenvolvimento do processo de auto-avaliação, em que cada instituição de ensino formaliza sua CPA, constituída por membros da própria Universidade, e desenvolve

um programa particular de avaliação. Em seguida, vem a análise externa, procedimento realizado por uma comissão composta por professores e técnicos de outras instituições de ensino superior, que emitem um parecer.

AVALIAÇÃO EM CICLOS

A UFRGS já tem uma história em avaliação institucional, que começou na década de 1990, com o Programa de Avaliação Institucional (Paiufrgs), ou seja, o primeiro ciclo avaliativo. “Até o ano 2000, nós trabalhamos internamente, mas também recebemos os avaliadores de fora. Naquela época, estávamos muito mais dirigidos para a graduação do que para as demais funções da Universidade”, lembra Ana Braga.

De acordo com a secretária de Avaliação Institucional, de 1996 até o ano de 2002 não houve qualquer trabalho estimulado pelo Ministério da Educação no que diz respeito à avaliação interna. Nesse período, as universidades responderam às avaliações externas promovidas pelo MEC, que se realizaram em dois níveis: a avaliação de curso e avaliação de aluno, o famoso Provão, “que tanta controvérsia trouxe”, diz a secretária. Mas a UFRGS, que já tinha o seu trabalho de avaliação interna arraigado, decidiu que não ficaria apenas respondendo ao estímulo externo, mas retomaria seu trabalho auto-avaliativo, uma vez que isso significa a valorização daqueles que atuam na Universidade. Segundo a presidente da CPA, “são as pessoas que analisam a sua realidade, sabem do seu cotidiano, onde estão as dificuldades e as fortalezas do seu trabalho e, por isso, têm a condição de determinar os caminhos para melhorar”.

Em 2002, a Secretaria de Avaliação Institucional começou a implementar, na UFRGS, o segundo ciclo avaliativo, chamado de Programa de Avaliação Institucional Permanente da UFRGS (Paipufrgs). Ana Braga explica que, “o programa começou a ser pensado em 2002, foi implantado em uma fase de sensibilização de fevereiro a maio de 2003 e, a partir de então, começou a ser executado de fato, com conclusão parcial em setembro de 2004”. Com a aprovação do Sistema Nacional, a avaliação interna das universidades passou a ser obrigatória. Agindo de maneira independente e peculiar, a Universidade foi instada a participar do trabalho nacional, tendo que fazer seu projeto convergir para o programa do sistema. “É isso o que estamos fazendo agora e chamando de terceiro ciclo de avaliação da UFRGS”, ressalta Ana Braga.

De acordo com a presidente, a Comissão de Própria de Avaliação da UFRGS vem realizando um trabalho intenso com os Núcleos de Avaliação de Unidade (Naus) da Universidade. Ela afirma que esse é um trabalho difícil e moroso. Segundo a presidente, a CPA terá condições de acelerar o trabalho para se adequar ao prazo sugerido pelo CONAES. “Outro fator importante”, diz Ana, “é que esse trabalho de avaliação serviu de impulso para que um grande projeto conjunto da Universidade com o Centro de Processamento de Dados (CPD) pudesse se desenvolver”. A UFRGS é uma das primeiras universidades do Brasil que está implantando um sistema exclusivo para procedimentos avaliativos, que propiciará a comunicação entre todos os bancos de dados existentes na Universidade.

Para Ana Braga, trata-se de um avanço extraordinário que a comissão poderá contar para manter a antecipação do relatório final. “Temos um trabalho elaborado com os Núcleos de Avaliação, que resultou em um relatório consolidado pela Secretaria de Avaliação Institucional, onde consta o que já foi feito. Ainda estamos trabalhando no nosso cronograma, pois faltam alguns ajustes antes de ser encaminhado para a Conaes. O que estava sendo pensado para dezembro, terá de ser antecipado para agosto. Estamos em uma situação difícil, complicada, mas não estamos recuando”, afirma Ana Braga.

Uma das diferenças que há entre o Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB) – aplicado anteriormente – e o sistema atual é que toda a parte relativa à gestão dirige-se não somente ao passado e ao presente, mas busca pensar um planejamento da instituição para o futuro. Héliqio afirma que a atitude de auto-reflexão que a avaliação gera pode ser um insumo importante para esse processo e que o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) levou em conta esse dado quando concebeu as dimensões da auto-avaliação. “Não se deve misturar gestão – diagnóstico e planejamento estratégico – com avaliação.”



Reunião discute os rumos da avaliação institucional.

Conaes propõe regime de colaboração aos Conselhos Estaduais de Educação

O presidente da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, Héliqio Trindade, esteve em Porto Alegre no início de março para reuniões da Conaes com o Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (CEE) e com dirigentes de instituições gaúchas de ensino superior. Na ocasião, foi amplamente discutida a inclusão de instituições estaduais no programa de avaliação. “Nós já realizamos um encontro em Salvador, quando conversamos sobre o regime de colaboração com o CEE baiano”, diz Héliqio. De acordo com o presidente da Conaes, as instituições estaduais deverão entrar no programa de avaliação por meio do chamado regime de colaboração. “Houve um trabalho de diálogo com o Fórum dos Conselhos Estaduais de Educação e, em dezembro de 2004, assinamos em Porto Alegre um protocolo de intenções, no qual está transparente a disposição dos Conselhos em participar. Estamos começando a fazer os acordos em cada Estado”, explica.

Santa Catarina foi o primeiro Estado a se manifestar, propondo o ingresso de seu Conselho Estadual de Educação no Sinaes. A situação do Rio Grande do Sul é peculiar, já que o Estado tem apenas uma instituição estadual, muito jovem, não podendo ser tratada da mesma forma. Segundo Héliqio, a situação de São Paulo é um pouco mais complicada, pois envolve, de um lado, a autonomia do Conselho Estadual de São Paulo, um Estado que tem muitas universidades públicas estaduais, e de outro o setor privado. “Lá vai ser um pouco mais difícil a relação, mas

eles já estão admitindo que o modelo de Santa Catarina pode ser um bom ponto de partida para discutir o assunto.” Atualmente, o sistema compreende o conjunto de instituições de ensino superior públicas e privadas. Além disso, conta com a disposição de todos os presidentes de Conselhos Estaduais de Educação, registrando um grande avanço no regime de colaboração.

De acordo com o presidente da Conaes, o setor privado é o que mais tem problemas. “Acho que esse setor deve, em primeiro lugar, sofrer um processo avaliativo para que possamos ver o que aconteceu neste país”, afirma. Segundo Héliqio, do número de matrículas existentes no Ensino Superior, 75% está com as escolas particulares. “Isso se acelerou desde a ditadura militar até o governo anterior, revelando uma ausência de política para estabelecer critérios mínimos de implantação das instituições”.

Durante a visita, Héliqio Trindade esteve com reitores da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Para ele, o sistema já está sendo aceito em ritmo mais global, a partir do trabalho de discussão nas instituições. “Na Europa, a auto-avaliação é feita, em média, em quatro meses. No Brasil, muitas universidades, das comunitárias às privadas, já aceitaram o novo prazo, além das grandes instituições públicas, entre elas a UFRGS, a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que já se manifestaram a favor”, afirma.

Lei privilegia excelência e responsabilidade social nas IES

A lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sinaes, prevê, no artigo terceiro, dez dimensões consideradas centrais no processo avaliativo:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere a sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV – a comunicação com a sociedade;

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-

administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Oriente Médio: estado permanente de guerra

JACIRA CABRAL DA SILVEIRA
Jornalista

Há quase um século o Oriente Médio convive com a guerra. Diferentes questões fomentam esse estado de conflito: o estabelecimento do Estado de Israel, o nacionalismo árabe e a luta pelo controle do petróleo do Golfo Pérsico. Especialistas convidados pelo JU reconstituem e atualizam o debate.

Em 19 de março deste ano, uma série de manifestações em diferentes países marcou o Dia Mundial Contra a Guerra. A proposta foi lançada no Fórum Social Mundial 2005 contra as ocupações do Iraque e da Palestina. Ações como essa já haviam ocorrido contra a Guerra do Afeganistão, que resultou na morte de cerca de 1 milhão de pessoas e obrigou outros 2,5 milhões a se refugiarem em países vizinhos.

De colonizados a centros de interesses de disputa econômica, os países do Oriente Médio vêem seus conflitos internos tomarem dimensões que vão além de suas fronteiras. Exemplo disso é a questão palestina, entre árabes e israelenses, em que o apoio econômico e bélico de grandes nações acirra e desequilibra a disputa.

O jornalista e especialista em assuntos internacionais Jurandir Soares começou a se interessar pelos conflitos no Oriente Médio há 40 anos, quando iniciou no jornalismo. Em sua obra *Israel x Palestina: as raízes do ódio*, atualizada recentemente, ele refaz o longo percurso desta história de guerras. “É o conflito mais antigo, vem se desenvolvendo há mais de cinco mil anos.”

Mas, segundo Jurandir, são fatos atuais, como o interesse econômico pelo petróleo e a questão territorial estratégica, que transformaram a região em alvo de alianças e palco de conflitos. “Durante o período da Guerra Fria, Israel era grande aliado dos EUA, sendo a ponta de lança dos norte-americanos na região. A Rússia procurava aliar-se com regimes árabes para ter seu ponto de apoio na área, tendo exercido esta influência durante muito tempo.”

A professora de graduação e mestrado do curso de Relações Internacionais da UFRGS, Heloisa Machado da Silva, também situa a Guerra Fria como um momento importante nos conflitos atuais no Oriente Médio, particularmente aqueles que envolvem israelenses e palestinos. “Esta questão remonta à formação do Estado de Israel, a partir da qual não se deu muita atenção à questão da Palestina, gerando um clima de tensão muito grande na região.”

Tensão agravada pela atitude oscilante dos Estados Unidos que, segundo a professora, desde o início da Guerra Fria até a atualidade, em diversos momentos passaram do papel de mediadores do conflito a aliados de Israel. A Europa, por sua vez, sempre esteve muito dividida nesta disputa: “Enquanto Israel recebia uma indenização muito grande da República Federal da Alemanha por conta do Holocausto, a França sempre esteve muito presente junto ao mundo árabe através de acordos nucleares”.

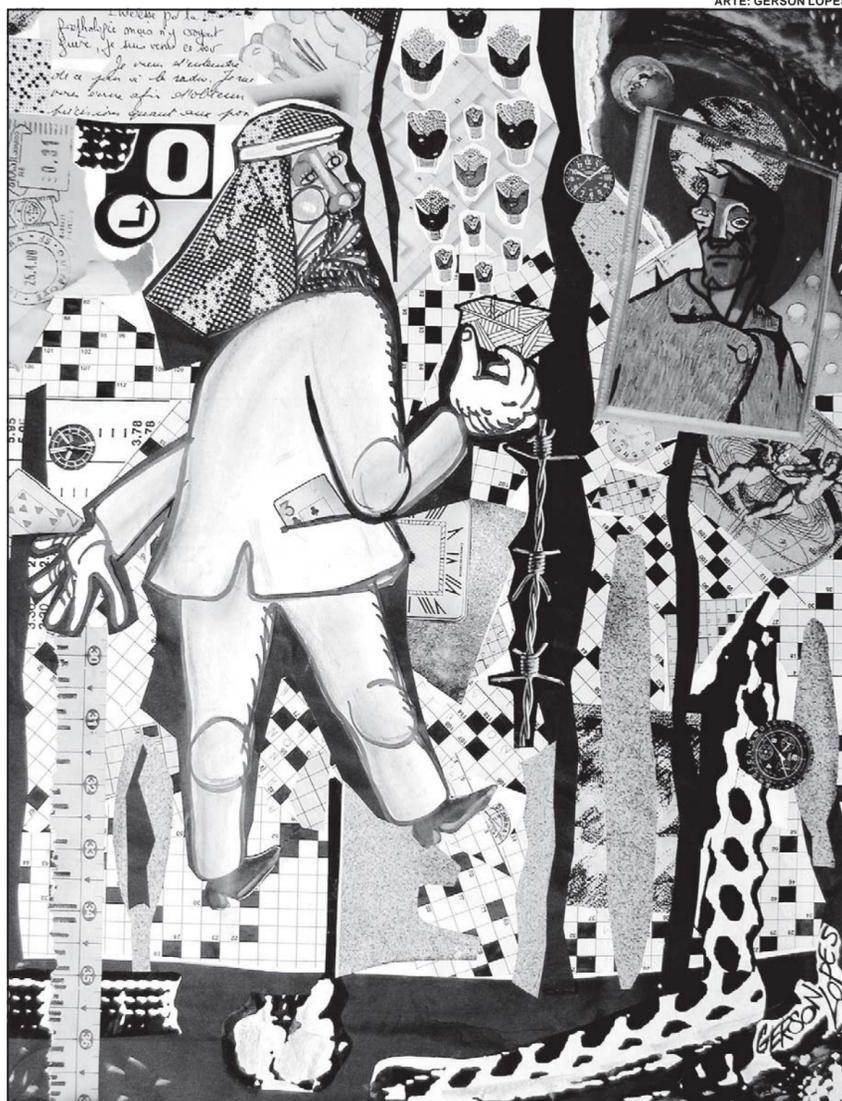
Quando terminou a Guerra Fria, ocorreu o desmantelamento da União Soviética e sua retirada da região, abrindo um vácuo na disputa de alianças no Oriente Médio. Jurandir diz a respeito: “No momento em que os EUA ficaram sozinhos como a grande potência bélica mundial, sentiram-se à vontade para expandir sua ação dentro do mundo árabe, como não faziam no tempo da Guerra Fria”.

QUEM FAZ TERRORISMO?

Para Jurandir, a questão do terrorismo sempre esteve presente no Oriente Médio. Embora os palestinos estejam identificados com atos terroristas, a história mostra que os judeus também os praticaram. A perseguição dos judeus, por Hitler, na Europa, ao longo da década de 30, provocou o aumento da migração judaica para a Palestina, e com isto aconteceram os primeiros confrontos entre os dois povos, embora em dimensões menores.

“Nessa época, com o interesse de se estabelecer naquelas terras, os judeus desenvolveram ações terroristas, tendo como alvo tanto os palestinos quanto os britânicos, que desde o término do domínio turco-otomano detinham o mandato sobre a Palestina”, diz Jurandir.

Com o término da Segunda Guerra e com o conhecimento do Holocausto, houve um compadecimento generalizado pelos judeus. E a Europa



ARTE: GÉRSÓN LOPES

passou a apoiar sua migração para o território palestino. Com isso, em 1947, a ONU adotou um plano de repartição da Palestina, ficando 57% do território para os judeus e 43% para os palestinos. Vencidos pelos judeus depois de provocarem uma guerra contra a divisão imposta, os palestinos começam sua diáspora.

“A partir daí, os palestinos começaram a lutar politicamente para retomar suas terras”, diz Jurandir. Mas não conseguiam respaldo para sua ação, mesmo com a criação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), em 1964, quando surgiu a figura de Yasser Arafat. Para Jurandir, esta falta de reconhecimento fez com que os palestinos enveredassem para atos terroristas para chamar atenção para sua causa.

“Este foi o grande erro político dos palestinos”, critica o jornalista. Para ele, embora fosse legítima a luta por um estado nacional, acabaram perdendo imensamente sua força, só recuperada a partir de 1973, quando passaram a fazer uso político do petróleo.

Para Heloisa, entretanto, este terrorismo não ficou apenas por conta dos povos do Oriente Médio. Segundo ela, o próprio atentado do dia 11 de setembro de 2001 vem legitimar a radicalização da política internacional norte-americana tendendo para a barbárie: “Bush diz que a barbárie é o terrorismo. Entretanto, barbárie é a imposição de uma política unilateral internacional só possível aos EUA. O 11 de setembro legitimou esta ação e radicalizou a tendência norte-americana que estava por vir há muito tempo”.

PRESENÇA QUESTIONÁVEL

Se, por um lado, a presença norte-americana no Iraque suscita críticas em defesa da soberania dos povos árabes, por outro, existe o temor de que as forças armadas dos EUA sejam retiradas da região. Para Jurandir, os norte-americanos não saem do Iraque porque a situação está altamente convulsionada. “Então, eles têm que pagar o ônus desta ocupação até que consigam certa estabilidade para poderem sair aos poucos, sem perder o que já conquistaram.”

“Na verdade, os EUA nunca deveriam ter invadido o Iraque”, critica Heloisa. Para ela, o que o presidente Bush conseguiu com a invasão foi unir o mundo mulçumano contra os EUA. “Existem, no Iraque, grupos rivais que não apoiavam Saddam Hussein e que hoje têm um inimigo comum, que é o governo norte-americano, pela barbaridade que está fazendo lá”.

O que virá do novo governo iraquiano

Até dezembro deste ano, quando haverá nova eleição, o governo iraquiano, recém formado com a indicação do xiita Ibrahim Jaafari para primeiro ministro, tentará dar sustentabilidade política ao país. O novo governo começou a ser formado no dia 30 de janeiro de 2005 com a eleição dos 275 membros do Parlamento. Depois de eleitos, os parlamentares escolheram os membros do Conselho Presidencial, integrado pelo presidente curdo Jalal Talabani e pelos vices-presidentes Ghazi al-Yawar (sunita) e Adel Abdel Mahdi (xiita). Segundo a resolução 1.546 do Conselho de Segurança da ONU, a partir deste momento expira o mandato das forças internacionais no Iraque.

Heloisa vê com otimismo o novo governo que assume no Iraque. Embora não considere as eleições como legítimas, por não terem se originado do interior do país. “É mais uma intervenção interna, foi um tampão para promover a calma na região”, critica. Por essa razão, ela prevê que não devem ocorrer mudanças imediatas. Segundo a professora, como tudo no Oriente Médio está amplamente interligado, os norte-americanos vão aproveitar o momento para forçar a paz em Israel, uma vez que a questão palestina é das mais pungentes. “É difícil falar do novo governo israelense sem perceber as conseqüências nos países vizinhos.”

Na opinião do jornalista Jurandir Soares, para que haja estabilidade política no Iraque, será necessário que haja antes estabilidade econômica, “pois Washington trabalha nesses dois sentidos”, justifica. Citando o historiador Naill Fergusson, ele afirma que os EUA, para se manterem como império, precisam ter sucesso em sua política externa. E que o sucesso de sua política externa, agora no Oriente Médio, pode desmoronar muito rapidamente, pois não há uma base sólida na questão do Iraque. Jurandir acredita que, politicamente, as coisas estão se ajustando, pois “os curdos, sempre discriminados ao tempo de Saddam, passam a ter voz ativa, o que, seguramente, deverá resultar em uma certa autonomia para a sua região”.

Muitos analistas procuram explicar o que ocorre neste território que é o berço das primeiras civilizações e das religiões monoteístas e um dos principais focos da disputa econômica pelo petróleo. Segundo pesquisadores, a história contemporânea do Oriente Médio começa com o aumento dos interesses europeus e o desmantelamento do Império Turco no final da Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918), quando França e Inglaterra repartiram entre si territórios árabes, gerando confrontos contra estas potências. Heloisa Machado da Silva, professora do curso de Relações Internacionais da UFRGS resgata a história mais recente do Oriente Médio:

1990 Invasão do Kuwait pelo Iraque; Conselho de Segurança da ONU autoriza EUA e aliados a atacarem o Iraque

1991 Operação Tempestade no Deserto; início das conversações de paz Israel-Organização para a Libertação da Palestina (OLP)

1993 Acordo de Paz entre Israel e OLP – Oslo 1; estado de Israel reconhece OLP; Líbia rompe relações diplomáticas com o Irã

1994 Assinatura do Tratado de Paz e reconhecimento diplomático entre Israel e Jordânia; Yasser Arafat, Shimon Peres e Itzhak Rabin recebem Prêmio Nobel da Paz

1995 Acordo Oslo 2 Israel-OLP (em 28 de setembro); assassinato do primeiro-ministro israelense Itzhak Rabin (4 de novembro)

1996 Arafat vence eleições nos territórios recém-desocupados por Israel; partido Likud vence eleições para primeiro-ministro em Israel; Uday Hussein é vítima de atentado

1997 Benjamin Netanyahu e Arafat concordam com desocupação de Hebron; palestinos enfrentam tropas de Israel na Cisjordânia; ministro russo reitera oposição à ação militar contra o Iraque; encontro de cúpula da organização islâmica condena terrorismo e exige que Israel pare de construir casas para judeus em terrenos árabes em Jerusalém.

1998 Índia e Paquistão realizam testes nucleares; EUA bombardeiam Sudão e Afeganistão; Acordo de Paz de Wye Palntation OLP-Israel

1999 Morre o rei Hussein da Jordânia; testes de mísseis nucleares do Paquistão e da Índia; vitória dos trabalhistas em Israel

2000 Primeiro-ministro de Israel e ministro da Síria dão seqüência às negociações de paz; Papa João Paulo II vai a Israel e defende pátria palestina; início da segunda Intifada em Israel; autoridade palestina aceita cessar-fogo; Liga Árabe reúne embaixadores no Cairo e exige investigação da ONU sobre crimes contra palestinos

2001 EUA e Israel retiram-se da Conferência da ONU; atentados contra o World Trade Center e Pentágono nos EUA; Osama Bin Laden e talibãs afegãos acusados como principais responsáveis; inicia operação Tempestade Duradoura; Hamid Karzai toma posse do novo governo interino do Afeganistão

2002 Exército israelense bombardeia refugiados na Cisjordânia; ONU aprova Estado Palestino; Israel invade complexo da Autoridade Palestina, em Ramallah; Bush ordena operações clandestinas no Iraque e assassinato de Hussein; ONU e UE são contrárias à substituição de Yasser Arafat; UE aceita que territórios palestinos se tornem estado independente em 2005

2003 Ataque das tropas norte-americanas e britânicas ao Iraque; regime de Saddam Hussein é derrubado; atentado ao prédio da ONU em Bagdá; capturado Saddam Hussein

2004 Atentado em Madrid; José Luis Zapatero é eleito primeiro-ministro na Espanha; George W. Bush é reeleito.

Núcleo de Design e Ergonomia vai além dos projetos de mesas e cadeiras

Projetos inovadores para incluir pessoas com necessidades especiais, compensar a oscilação do mercado de trabalho e minimizar o impacto ambiental causado pelos resíduos das fábricas de calçados estão sendo desenvolvidos no Núcleo de Design e Ergonomia, da Faculdade de Engenharia de Produção da UFRGS.

Acessar o mercado de trabalho fica mais difícil se é necessário conviver com escassos horários de ônibus, calçadas irregulares, entradas de prédios sem rampa, telefones públicos com teclas sem relevo. Para a maioria das pessoas, esses não parecem empecilhos. Entretanto, a falta de condições de acessibilidade dos espaços públicos e privados contribui para a alta taxa de desemprego das pessoas portadoras de necessidades especiais (PNEs), que somam 14,5% da população brasileira, segundo o Senso IBGE 2000. Cerca de 80% delas estão desempregadas.

Esta realidade acaba por colaborar com o baixo preparo intelectual e técnico. Para minimizar o problema, o engenheiro de segurança do trabalho Atenante Normam participou da criação, em 2004, da Escola Acessibilidade, onde segue prestando assessoria. Em sua dissertação de mestrado profissionalizante na Engenharia de Produção da UFRGS, junto ao Núcleo de Design e Ergonomia (NDE) do Laboratório de Otimização de Produtos e Processos (LOPP), o engenheiro estudou as causas do desemprego maciço das pessoas com deficiência.

Para a coordenadora do Núcleo de Design e Ergonomia do LOPP, e orientadora da Normam, professora Lia Buarque de Macedo Guimarães “é uma sociedade injusta, porque as pessoas não têm igualdade de acesso. Tanto os PNEs, como os negros, as mulheres, estão todos no mesmo barco. São sempre preteridos.” Desde que entrou para o Núcleo, há 10 anos, Lia trabalha com seus alunos, orientando e colegas pesquisadores, utilizando o conceito de macroergonomia.

Contraopondo-se à visão restritiva de uma ergonomia que atém-se exclusivamente às dimensões de mesas e cadeiras, ou ao tamanho do degrau do ônibus, a professora defende um enfoque sócio-técnico da produção. “Não adianta chegar em uma empresa e mudar o mobiliário, ou melhorar os equipamentos, se o pessoal está sonolento e vive em clima de instabilidade no emprego. A pessoa é um todo, por isso é necessário mexer com a organização do trabalho e, por vezes, até com a própria sociedade para que a coisa melhore.”

Nas últimos seis anos, foram desenvolvidos no NDE/LOPP seis trabalhos de mestrado profissionalizante e um de doutorado acadêmico tendo como tema central a questão dos PNEs. A maioria das empresas que procuram o NDE/LOPP quer qualificar seus postos de trabalho devido a problemas junto à Delegacia Regional do Trabalho. Com a “desculpa” de resolver essas questões, os pesquisadores da engenharia de produção buscam melhorar o sistema das empresas e fábricas como um todo.



FOTO: DIVULGAÇÃO PICADILLY

Mudança no turno de trabalho reduz acidentes entre costureiras.

Segundo Lia, as empresas chegam ao Núcleo com uma microdemanda que acaba sendo transformada em macro. Para que isso aconteça, é necessário que os pesquisadores permaneçam na empresa por tempo não inferior a quatro meses. “Do contrário, não dá para semear nada”, avalia a professora.

Nestes dez anos, o NDE/LOPP já trabalhou com empresas e organizações como John Deere, Petrobras, Refap, Justiça Federal, Caixa Econômica Federal, Asea Brown Boveri e Piccadilly.

UM BOM EXEMPLO PRÁTICO

Durante dois anos, o Núcleo de Design e Ergonomia /LOPP da Engenharia de Produção da UFRGS atuou junto à empresa calçadista gaúcha Piccadilly em Igrejinha. Foi chamado para resolver um problema recorrente no setor, o alto índice de acidentes nas máquinas de costura. O trabalho começou a partir da pesquisa de doutorado da aluna do Núcleo, Jacinta Sideugum Renner, tendo como título *Um novo sistema de produção na Piccadilly*. Além de adequar equipamentos e pessoal, os pesquisadores, sob a coordenação do professor Paulo Barros de Oliveira do Centro de Documentação, Pesquisa e Formação em Saúde e Trabalho (CEDOP) e da professora Lia Buarque de Macedo Guimarães, constataram outros agravantes.

O primeiro diz respeito ao horário de trabalho: das 5h às 14h. Embora a maior parte dos trabalhadores, 90% mulheres, goste deste turno, porque podem cuidar dos filhos à tarde, uma das causas mais frequentes de acidente é a sonolência que faz com que não consigam manter a atenção necessária para operar as máquinas de costura. Outro problema é a concepção de linha de produção, em que cada funcionário é responsável por uma função específica: recorte, colagem ou costura. Nesta abordagem, o trabalho acaba tornando-se monótono, situação favorável ao acidente. Os pesquisadores verificaram também que a instabilidade no emprego, comum no setor calçadista, é fonte de ansiedade. Conforme a professora Lia, cerca de 30% dos operários das fábricas de calçado têm contrato por curto período, conforme a demanda do mercado.

Pessoal com sono, monotonia, instabilidade no trabalho: três constatações que surpreenderam os diretores da Piccadilly. Eles esperavam apenas que a “turma da UFRGS” resolvesse o problema dos acidentes com as máquinas de costura. Depois de muita investigação, experiências bem-sucedidas e argumentações convincentes, foram feitas alterações que cumpriram o objetivo do grupo da Engenharia de Produção e do trabalho da doutoranda: mexer no sistema produtivo com vistas ao ganho. Foi o que aconteceu no caso da Piccadilly, onde quatro pesquisadores do NDE/LOPP trabalharam durante estes dois últimos anos. Atualmente Jacinta segue prestando assessoria à empresa.

Segundo a professora Lia, também foi possível convencer os empresários a mudar o conceito de linha de produção. Agora o que existem são sapateiros, termo sugerido por Lia, e não trabalhadores com funções específicas, fazendo sempre a mesma coisa. “Foi um paradigma muito grande que a gente quebrou, mostrando que as pessoas são capazes de fazer um sapato inteiro.” Com isso, foi possível melhorar a produção, reduzindo os riscos e o tempo de *setup* (mudança do dispositivo da máquina para adaptá-la a outra função). “Diminuíram também as dores resultantes do trabalho repetitivo, com riscos de lesões”, diz a pesquisadora.

Mas a ousadia maior está para acontecer. Entusiasmadas com o grupo de pesquisadores e estudantes do NDE, Lia e a doutoranda Rosimeire Sedrez Bitencourt falam do novo trabalho que assumiram junto à Picadilly. Buscando resolver o “descarte” cíclico de pessoal e dos retalhos de couro, o NDE e um grupo de representantes de diferentes áreas de conhecimento da UFRGS estão trabalhando no projeto da Fábrica da Inclusão, na qual serão manufaturados produtos a partir da matéria prima que a empresa descarta. Desta forma, durante o período de entressafra, quando baixa a produção de calçados, a empresa transfere para a nova fábrica os trabalhadores que seriam descartados. “É uma forma de estabilizar não só a fábrica, mas a região”, argumenta a professora Lia, referindo-se também à questão do meio ambiente, pois os resíduos provenientes do setor calçadista têm impacto cumulativo no ambiente.

Muitas empresas burlam a lei

Segundo a coordenadora do Núcleo de Design e Ergonomia do LOPP, Lia Buarque de Macedo Guimarães, a situação dos PNEs só melhorou no mercado de trabalho a partir da promulgação da Lei nº 7.853 pelo Decreto nº 3.298, em dezembro de 1999. Essa lei obriga as empresas com mais de cem funcionários a contratarem pessoas com necessidades especiais (PNEs) na proporção de 2% a 5% do total de seus empregados. Com uma vivência de dez anos nas empresas, Lia pôde constatar que a demanda maior é por PNEs com deficiência auditiva.

Isso ocorre muitas vezes porque, ao procurar cumprir uma lei, os empresários acabam descumprindo outra, a de tolerância de ruído no trabalho que é de 85 decibéis. Em vez de reduzir o ruído para o limite considerado tolerável ao ouvido humano (que é de 80 decibéis), alguns empresários “resolvem o problema” contratando pessoas com deficiência auditiva. A pesquisadora denuncia: “Muitas vezes, as fábricas acabam fazendo constar como pessoal contratado para cumprir a lei dos PNEs, seus próprios funcionários que ficaram com problemas auditivos devido à exposição ao ruído no ambiente de trabalho”.

Outra forma encontrada pelas empresas para cumprir a lei é contratar PNEs para realizar qualquer função, em geral de necessidade questionável. Como não querem gastar com a adequação do local para receber estes funcionários, fazem os chamados “puxadinhos” para instalá-los. De acordo com a doutoranda do NDE/LOPP, Rosimeire Sedrez Bitencourt, essa situação acaba frustrando o trabalhador, além de provocar constrangimento entre os colegas, que percebem a irrelevância da função. “Para o empresário é ruim porque gasta com uma atividade improdutiva. Para o trabalhador é pior ainda, porque não está sendo incluído em lugar nenhum: está sendo usado para atender uma lei”, reprova Rosimeire.

Mais recentemente, os estudantes do NDE/LOPP têm se interessado também por aspectos ambientais, ampliando a visão macroergonômica do Núcleo. É uma abordagem que pressupõe a questão de sustentabilidade, como o percurso do crescimento econômico integrado, associado a reformas sociais e políticas. Os participantes podem escolher uma das duas linhas de pesquisa oferecidas: Desenvolvimento de Produto ou Ergonomia e Organização do Trabalho. Este último trata das questões ergonômicas (ou fatores humanos) relativas ao processo de trabalho, incluindo a organização, questões ambientais do espaço e questões de saúde e segurança.

De uma forma geral, o Núcleo de Design e Ergonomia da Engenharia de Produção preocupa-se com conceitos como sustentabilidade, inclusão, qualidade de vida e inovação.

Falta financiamento

A equipe do NDE tem atualmente 13 pesquisadores, coordenados pela professora Lia Buarque de Macedo Guimarães. Destes, apenas dois têm suporte do CNPq, os demais são bolsistas do próprio laboratório, que busca financiamento junto às empresas para as quais realiza projetos. Lia lamenta não receber maior apoio para seus alunos: “Só recebemos bolsa da Universidade uma vez, embora nos dois últimos anos nossos alunos tenham sido destaque no Salão de Iniciação Científica na área de engenharia”.

Segundo a professora, a falta de recursos começa na hora de disputar políticas de fomento. Não há interesse em destinar verbas para este tipo de projeto, mesmo reconhecendo o diferencial do trabalho realizado pelo Núcleo. A macroergonomia vê o trabalhador num contexto mais amplo e não apenas como alguém sentado à

frente de sua mesa ou da máquina de trabalho. “Os representantes das agências de fomento dizem: ‘Que lindo o trabalho de vocês! Pena que não vão conseguir recursos’. Segundo eles, o enfoque social é coisa para palanque; por trás, não se faz nada”.

Reconhecidos ou não, os pesquisadores seguem transformando as micro, em macro-demandas, fazendo os empresários perceberem o quanto carga horária, segurança e estabilidade no emprego dão retorno social e financeiro. Para Lia, o aspecto técnico é o mais fácil de se resolver, mas: “Tudo o que a gente consegue melhorar em termos de qualidade de vida está sendo levado para a sociedade: o tipo de comida que o trabalhador come, o tipo de postura que tem, o tipo de vida que leva. Nada disso fica apenas do lado de dentro da fábrica”.



RENI JARDIM

Lia defende abordagem da macroergonomia



RENI JARDIM

Rosimeire diz que PNEs sentem-se frustrados

TARSO GENRO | MINISTRO DA EDUCAÇÃO

“Não se pode subordinar a educação a uma visão mercantil”

O ministro da Educação, Tarso Genro, pretende concluir em junho a discussão do anteprojeto da reforma universitária, cuja primeira etapa, de consulta à sociedade, acaba de ser encerrada. Agora, as propostas apresentadas estão sendo estudadas e comparadas. A redação final do projeto será feita em conjunto com a Casa Civil, sob a coordenação direta da assessoria do presidente da República. Logo após o recesso de julho, o documento deverá ser remetido ao Congresso Nacional, na expectativa de que seja votado ainda em 2005. Em entrevista aos repórteres Ademar Vargas de Freitas, Ânia Chala e Sônia Torres – no dia 11 de março, em seu escritório no bairro Moinhos de Vento, em Porto Alegre – Tarso Genro falou sobre o trabalho que vem realizando juntamente com a equipe do seu ministério e que vai resultar na Lei do Ensino Superior. De acordo com o ministro, a educação deve estar no centro do projeto de construção da nação e não pode subordinar-se a uma visão mercantil balizada pelo consenso de Washington ou do Banco Mundial.

JORNAL DA UNIVERSIDADE – Na página do MEC na Internet afirma-se que as instituições estatais e privadas devem integrar um sistema público de ensino superior. Isso não significa uma intervenção direta na iniciativa privada?

TARSO GENRO – A Constituição Federal considera a educação um bem público superior. Eu agrego superior pelo tratamento que a Constituição dá a esta questão. De outra parte, a própria Constituição abre espaço para que a educação seja prestada por instituições privadas, desde que essa prestação esteja integrada com o Plano Nacional de Educação. Portanto, ela excepciona, permitindo que a educação seja delegada pelo Estado para ser prestada por instituições privadas. Isso não tira sua natureza originária de bem público. Portanto, ao pensar-se num sistema integrado, um sistema de ensino superior com exigências mínimas de qualidade, uma gestão democrática da educação – como também determina a Constituição, exercendo o Estado a função regulatória do sistema – não está sendo violado nenhum espaço privado.

JU – O que é que está se fazendo?

TG – O que está se fazendo é permitir que aquele setor que considera a educação uma mercadoria subordine sua visão mercantil ao interesse público. Isto é uma função do Estado e, à medida que nós afirmamos a autonomia da universidade, a autonomia de ciência, a autonomia de gestão, a autonomia de pesquisa, a autonomia política de gestão, não estamos criando um país dentro do país. A autonomia se refere sempre a um outro espaço de poder, que é a soberania. O Estado é soberano, portanto, pode e deve regular isso que, como eu disse, é um bem público de natureza superior.

JU – Como vai ser feita a integração entre a área privada e a área pública?

TG – Nossa proposta é que se faça através de normas que tenham abrangência tanto para instituições federais, que são públicas, como para aquelas de natureza privada. Dou como exemplo o Conselho Social, que não tem funções normativas mas é um elo entre a universidade e a sociedade, vale para as duas instituições. O número mínimo de doutores e mestres também vale para as duas instituições. E também os critérios de aferição universal de qualidade, que refere tanto o sistema de ensino superior privado quanto aquele estatal. É necessário distinguir, de outra parte, que dentro daquilo que se chama de sistema privado existem diferenciações. Há instituições com fins lucrativos, que a Constituição permite e que devem subordinar-se à lógica pública, há instituições sem fins lucrativos e instituições filantrópicas. E, dentre essas, há várias formas jurídicas de organização das mantenedoras, através de uma sociedade civil ideal, através de uma fundação.

JU – Alguma instituição terá atenção especial?

TG – Sim, tem um tipo de instituição ao qual queremos dar atenção especial na nossa proposta: as universidades comunitárias. São aquelas que têm sempre uma relação organizada com a comunidade que lhes deu origem. Elas devem ter um tratamento especial da lei porque – além de já estarem integradas plenamente no desenvolvimento regional, na luta contra as desigualdades sociais da região, o que também é uma determinação da Constituição – elas têm um enraizamento sociocultural muito grande e uma grande função no desenvolvimento.

JU – Diante da política econômica adotada pelo governo Lula, é realista a meta de criar 400 mil vagas em quatro anos nas instituições federais?

TG – Isso vai depender de um processo político. Temos plena consciência de que a proposta de reforma que estamos fazendo não é uma proposta que se amolde a uma visão de superávit primário exagerado e de uma política econômica de restrição de gastos públicos. Mas isso é um processo de construção arbitrado pelo presidente que nós fazemos de maneira harmônica com o Ministério da Fazenda. Nós não somos donos da verdade. Quando aceitamos a designação do presidente para o ministério que é sem dúvida o mais importante do país – num governo que

tem um partido de esquerda como aglutinador e que, embora não seja um governo de esquerda, é um governo de centro-esquerda, é hoje uma referência internacional – aceitamos, evidentemente, dentro de determinados critérios. Ou seja, de não subordinação da educação a uma visão mercantil, de não aceitação de que a educação seja balizada pelo consenso de Washington, em suas normas mais gerais, ou pela visão do Banco Mundial. E sim da colocação da educação no centro do projeto de construção da nação. É um movimento que tem uma enorme complexidade, mas está vertebrado nas próprias motivações, através das quais a população brasileira levou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Palácio do Planalto.

JU – Através do Pró-Uni, o governo federal está investindo na compra de vagas em universidades privadas. Esse dinheiro não seria melhor aplicado se investido na consecução das metas das 400 mil vagas para as instituições públicas?

TG – Veja, a forma com que nessa pergunta é realizada supõe um equívoco que se disseminou através de um preconceito quando nós apresentamos o Programa Pró-Uni. Preconceito esse disseminado por determinados setores da academia, de boa fé, ou pela chamada ultra-esquerda, por razões políticas de fundo contra esse tipo de projeto e contra o próprio governo. Se você vai examinar o Pró-Uni, ele não é compra de vagas, embora saibamos que foi disseminado dessa forma, inclusive pela imprensa. O Pró-Uni é um sistema republicano de bolsas. São bolsas pagas pelo Estado para alunos pobres.

“O projeto de reforma universitária não será um Frankenstein”

JU – Por que se utilizou esse mecanismo de “desconto direto na fonte”?

TG – Se recebêssemos esse dinheiro e o colocássemos no orçamento do MEC, iríamos reduzir esse orçamento, que é limitado por uma determinada norma. Nosso orçamento para este ano é em torno de 7 bilhões e 700 milhões de reais. Não poderíamos tirar o dinheiro das bolsas de dentro dele. Então, fizemos um sistema de bolsas que não sai do orçamento do MEC, é pago pelo Tesouro Nacional. Indiretamente, aumentamos o orçamento do MEC. Porque o Brasil não tinha um programa de bolsas de estudo para alunos pobres. Tinha um financiamento, que era pago pelo próprio aluno, o antigo Ceduc e depois o Fies. Agora, aproximadamente 75% dessas bolsas são pagas pelo governo federal, pelo Tesouro Nacional, a custo zero, com valores que não saem do orçamento do MEC.

JU – Foi uma espécie de engenharia financeira.

TG – Sim, uma engenharia financeira que eu posso chamar de genial porque não fui eu que propus, não fui eu que “bolei”.



FOTOS: RICARDO DE ANDRADE

Foi a minha equipe no seu conjunto. Ou seja, instituímos um programa de bolsas para alunos que jamais poderiam chegar à universidade porque não poderiam pagá-la, pago pelo Tesouro Nacional, sem retirar esses recursos do orçamento do MEC. Ao mesmo tempo em que, do ano passado para este ano, aumentamos em 33% o orçamento de custeio das universidades, recuperando num ano 75% do valor de custeio que as universidades tinham perdido nos últimos dez anos. O que é estranho para os paradigmas, inclusive tradicionais, da própria esquerda é que determinados setores da academia, que se dizem progressistas – hoje já, depois do esclarecimento, bem pequenos, diga-se de passagem, mas setores da chamada esquerda radical – sejam contra que o Estado pague bolsas para alunos pobres. Isto é a desconstituição completa dos paradigmas da esquerda. Porque, em toda a divisão histórica da esquerda, isso foi distribuição de renda direta bancada pelo Estado para promover as camadas sociais mais baixas da população. Então, a pergunta supõe, vamos dizer assim, uma guerra informativa que nós perdemos, na verdade. Porque, massivamente, houve um movimento da imprensa, contra o Pró-Uni, no começo, fundado nesses argumentos da esquerda por trás dos quais estavam, na verdade, os donos de algumas das grandes universidades privadas que não queriam que esse sistema funcionasse. Queriam determinar uma modificação inclusive na sua composição social.

JU – A concessão dessas bolsas nas instituições privadas está vinculada a algum tipo de avaliação da qualidade dos cursos oferecidos?

TG – A avaliação de qualidade é universal, através de um sistema que, inclusive, está sendo reformado e reexperimentado, o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes). Portanto, não há nenhuma conexão entre as bolsas e a avaliação neste momento, o que poderá ocorrer mais tarde. Porque, se ocorresse essa conexão, ela já deveria ter sido feita entre os próprios alunos que frequentam essas universidades sem bolsas, alunos que pagam essas instituições. A nossa preocupação em relação a esse programa de bolsas é apenas uma: alargar os espaços de ingresso no ensino superior. Os projetos de qualidade são projetos que correm paralelos a esse sistema de bolsas que dizem respeito aos direitos de todos os alunos, inclusive, evidentemente, os alunos do Pró-Uni. O Sinaes se encontra atualmente numa fase experimental. Mais tarde, provavelmente, deverá ser modificado.

JU – Qual é a diferença em relação ao sistema anterior?

TG – Primeiro, a avaliação do aluno, que agora é feita por amostragem, não tem que ser obrigatoriamente assim. Nós apenas permitimos, na nova lei, que seja feita por amostragem. E tem uma diferença qualitativa importante: o aluno é examinado na entrada e na saída, e não somente uma vez, como era no sistema do Provão. Segundo, existe uma avaliação mais complexa feita pelos pares, uma avaliação de fora para dentro. E, terceiro, o processo de auto-avaliação. Isso tudo vai resultar numa pontuação da universidade, num juízo sobre a escola e em recomendações para a correção das suas limitações, dos seus equívocos, dos seus problemas. No limite desse processo, se essas correções não forem feitas, a universidade poderá ser fechada.

JU – As procuradorias continuarão vinculadas à Advocacia Geral da União ou passarão a funcionar dentro das próprias instituições?

TG – Há uma discussão sobre isso ainda não finalizada. Há uma forte demanda da Andifes de que as procuradorias voltem para uma situação anterior, ou seja, de integração direta da universidade. Essa questão ainda não está madura. Nós vamos processá-la ainda, ao longo dessa discussão, até junho.

A universidade poderá se relacionar com quem quiser, do MST a instituições empresariais

JU – Quanto ao financiamento das universidades públicas, a autonomia prevista pelo anteprojeto da reforma tem caráter unicamente administrativo ou abrangerá também a captação de recursos?

TG – Autonomia administrativa, autonomia política, autonomia de gestão financeira, autonomia para a liberdade de ciência e para o estabelecimento, a partir da universidade, do seu colegiado interno e soberano, de relações com quem achar adequado. Isso vai desde o MST até instituições empresariais. Não existe outra autonomia. Essa visão de autonomia para fazer determinadas coisas e não fazer outras é, na verdade, uma autonomia subordinada. É, portanto, a desconstituição do próprio conceito de autonomia. Através do conceito social, pretendemos que a forma de exercício dessa autonomia seja transparente para a sociedade. E este mecanismo desagrega determinados setores. Porque, hoje, através de fundações – não todas, porque existem muitas fundações boas no Brasil – o que se observa são relações privilegiadas de determinados setores internos da universidade com instituições de fora, estabelecendo relações que, na verdade, são relações de privatização do espaço público da universidade. Estamos propondo, inclusive, a extinção dessas instituições. Mas estamos dispostos a acatar uma proposta que foi feita inclusive pela Andifes de que essas fundações permaneçam totalmente subordinadas ao conselho superior da universidade, o conselho que reflete o poder concentrado da instituição universitária. Ai, essas fundações serão o braço de agilização e não de privatização, como ocorre com determinadas fundações no país.

JU – Que poderes terão os conselhos comunitários que deverão ser instalados nas universidades públicas e privadas? Esses conselhos não representam uma ingerência excessiva nas universidades?

TG – Na nossa visão, não, porque a autonomia da universidade está garantida pela Constituição e será explicitada de maneira ainda mais clara nos seus aspectos administrativos e orçamentários, na proposta que estamos fazendo da lei de reforma do ensino superior. Então, não há nenhum perigo. Esta experiência dos conselhos não é nenhuma “boa ação” do MEC neste momento, ela parte de uma experiência já realizada. Por exemplo, a UFMG já tem um conselho social. É uma instituição que pode ser apontada como uma universidade de excelência em certos aspectos. As universidades comunitárias aqui do Rio Grande do Sul em sua maioria, para falar das instituições privadas, já têm esse tipo de conselho, o que ajudava na seleção das bolsas antes da existência do Pró-Uni. Na verdade, o que visa esse conselho é estabelecer uma relação de diálogo permanente da universidade com a sociedade, que não terá efeito normativo. Não quer dizer que quem o possuir vai ter uma avaliação melhor. Ou que quem não tem conselho terá uma avaliação menor. Mas quem tem um

conselho que estabelece uma relação adequada com a sociedade isso vai surtir efeito positivo na universidade, e influenciará na sua avaliação. É apenas isso que a lei diz. Então, não se trata de ingerência. A universidade não é um castelo fechado cujo proprietário é o corpo docente, ou a comunidade interna – como diz a direita quando critica a nossa lei de reforma. A grande crítica que a direita faz à nossa reforma é que ela privilegia os interesses de dentro da universidade e não o interesse da sociedade em relação à universidade. Ao mesmo tempo que criticam, contraditoriamente, o conselho social, que estabelece essa relação. Mas isso é apenas uma das pequenas incoerências de algumas críticas, que são legítimas, evidentemente, mas que não têm nenhuma fundamentação.

JU – Como ficará a carreira única dos docentes? Onde serão realocados os aposentados e pensionistas excluídos da folha de pagamento do MEC? Seus vencimentos não ficarão sujeitos a rebaixamento?

TG – Isso é totalmente impossível. Em primeiro lugar, não é que não vai ser pago pelo MEC, vai ser tirado da conta do MEC, o que é outra coisa. Nossa proposta, evidentemente – e não poderia ser de outra forma, pois seria inconstitucional – mantém todos os direitos consagrados até agora. Em relação à carreira, estamos fazendo uma proposta genérica que deve ser aperfeiçoada. Não gostaria de deduzir isto de maneira cabal agora, porque poderia parecer que temos uma posição fechada. Temos o objetivo de construir essa questão juntamente com os docentes e com os demais setores interessados. Em relação aos servidores, já temos uma conquista que é o novo plano de carreira. Essa é uma demanda em que eu mesmo trabalhei, 15 anos atrás, como advogado da categoria, e que agora, como ministro da Educação, tive a felicidade de chancelar e de assinar. O que melhora, de maneira moderada mas sólida, a sua recuperação em relação aos trabalhadores federais e ao mesmo tempo abre uma perspectiva de carreira.

JU – O plano de carreira que está sendo implantado tem gerado descontentamento entre os técnicos de nível superior. Em muitos casos, os salários serão praticamente congelados em função de uma vantagem pessoal que decai desde o início da implantação até janeiro do ano que vem. Como isso está sendo pensado?

TG – Tudo isso está sendo pensado na reforma. Esse plano de carreira é um acordo feito com a categoria, com a Fasubra. Ele vai ser implementado mas, evidentemente, um plano de carreira não contenta todo mundo. E, obviamente, também, ele não paralisa as relações e poderá ser aperfeiçoado num outro momento, a partir de um novo processo negociado para ir reduzindo eventuais nichos de descontentamento que restaram. Porque a ampla maioria está satisfeita com a proposta que foi acordada.

“Há um processo contínuo de desperdício de cérebros”

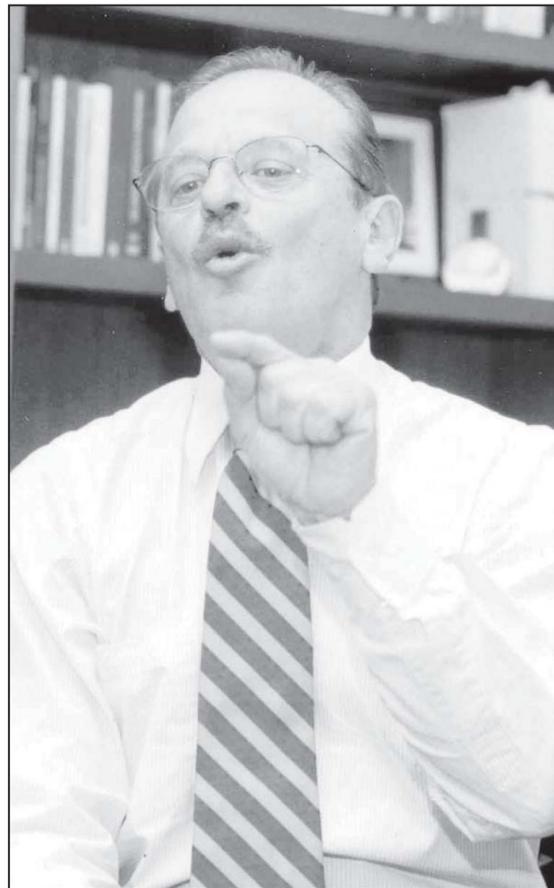
JU – Como as universidades vão trabalhar com os alunos que ingressarem através do sistema de cotas? Haverá mecanismos para garantir a permanência e a conclusão dos cursos? Como evitar o surgimento de discriminação?

TG – Os dados empíricos de que dispomos até agora apontam exatamente no sentido contrário àquela visão conservadora de que o sistema de cotas iria rebaixar a qualidade da universidade. Num debate que tivemos no jornal O Globo, o reitor Aluizio Teixeira (UFRJ) informava ter feito o sistema de cotas nos cursos noturnos no Rio de Janeiro. E dizia o seguinte: a pontuação dos alunos que foram para esses cursos noturnos era um pouco menor do que a dos alunos que foram para os cursos diurnos, independentemente de serem cotistas ou não. Mas depois de examinado o desempenho, verificou-se que as notas médias dos alunos do curso noturno eram superiores. Por quê? Ora, é o óbvio: porque são setores da população que jamais teriam oportunidade de frequentar a universidade se não fossem os cursos noturnos. E porque o desejo de afirmação e de mudança de vida os levam a superar suas limitações. Posso dar outro exemplo: o próprio Pró-Uni. Os alunos admitidos após o Pró-Uni tiveram média 64 no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). Sabe qual foi a média do Enem para a totalidade do país, tanto da escola pública quanto do setor privado? Foi de 57. Isso demonstra que esses alunos que vêm das camadas mais baixas da população têm um impulso subjetivo muito forte. O que é absolutamente normal, eu diria. Porque a ampla maioria da população brasileira é de média, baixa

e de baixíssima renda. Isso demonstra, inclusive, que temos um processo contínuo e permanente de desperdício de cérebros e de pessoas que têm condições de exercer plena qualificação, técnica, científica e tecnológica para contribuir para o país. Quem critica a política de cotas a partir desta perspectiva está exercendo o velho preconceito das elites brasileiras em relação aos pobres.

JU – Sabe-se que, nas universidades federais, boa parte dos cursos não são noturnos. Como compatibilizar isso?

TG – Nossa idéia é, por dentro da reforma, exercer uma política assistencial, que estamos chamando com o nome fantasia de “bolsa de permanência”. Esse problema da permanência não é apenas dos cotistas. Há setores mais pobres que conseguem entrar numa universidade pública mas não têm dinheiro para comprar livros. Às vezes não têm dinheiro nem para o transporte ou para se alimentar. Então, nós não podemos impedir uma política de cotas em nome desse problema, que é de toda a sociedade brasileira. Temos que ter uma proposta efetiva para resolver essa questão. Por dentro da lei de reforma, inclusive agregada a uma proposta da própria UNE, deveremos ter uma política assistencial, que é uma política de manutenção de alunos pobres na universidade. Mas não somente cotistas. Ela deve ter alcance universal, pois a questão do poder aquisitivo também existe dentro da universidade pública, embora a universidade pública seja acessada de maneira mais intensa pela classe média baixa e pela classe média e alta.



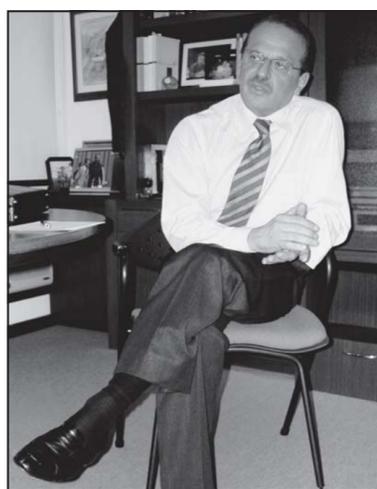
“A questão do ensino superior se transformou em pauta nacional”

JU – O MEC criou um site sobre a reforma que permite a participação da população. Essa participação ocorreu? Em que grau, em que escala?

TG – Não sou eu que controlo isso diretamente, mas posso afirmar que teve enorme participação. Não só dessas aproximadamente 230 entidades que estão trabalhando e negociando conosco, mas também de cidadãos interessados. O que talvez seja mais importante do que o site, que tem dimensão pública nacional, é o fato de que, pela primeira vez na história da República depois de 1963, a questão do ensino superior se transformou numa pauta nacional e está sendo exaustivamente discutida em sociedade. Esse aspecto de que é uma pauta nova e estruturante do futuro do país é uma opinião tanto da CUT quanto da CGT, da Confederação Nacional da Indústria, da Fasubra, da Andifes, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, da Academia Brasileira de Ciências e assim por diante. Se o projeto de reforma não chegasse a tempo – mas ele vai chegar – só o fato de termos conseguido pautar de maneira nacional essa questão e mostrar que se ela não for resolvida não haverá um futuro nacional, moderno, democrático, desenvolvido, já vale a pena por tudo o que foi feito até agora.

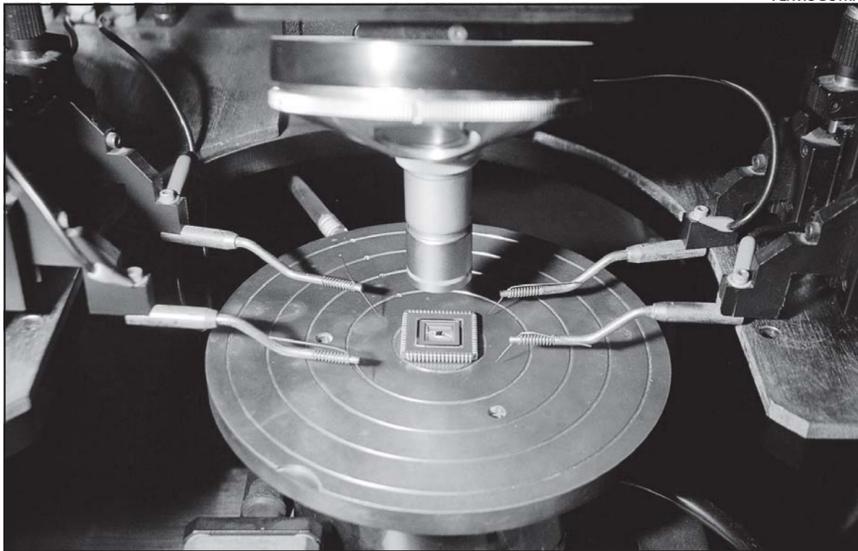
JU – Obviamente há um calendário previsto para a finalização desse processo. O senhor acredita que ele poderá ser cumprido? Qual é a sua expectativa?

TG – A nossa idéia é terminar em junho essa discussão e então trabalhar a redação final junto com a Casa Civil, sob a coordenação direta da assessoria do presidente da República. Vamos remeter o projeto para o Congresso logo após o recesso de julho. Esse é o calendário, o nosso cronograma. Mas não é um calendário fechado. Já ampliamos os prazos à medida que os nossos parceiros vão exigindo cada vez mais discussão. Mas eu tenho plena convicção de que é possível remeter esse projeto em julho. É necessário deixar claro que ele não será um projeto Frankenstein, uma junção de opiniões e debates. Ele tem uma linha estratégica que está apresentada naqueles princípios que abrem a discussão da reforma e que serão mantidos. Obviamente, ocorrerão adequações, serão integradas colaborações, aprimoramentos e até supressões. Mas aquela linha geral é a idéia estruturante do projeto de reforma. Queremos a máxima consensualidade – não haverá unanimidade – para que ele possa então ser votado no segundo semestre. Que não seja como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) que ficou tramitando durante dez, onze anos no Congresso Nacional. Por isso, não podemos fazer um projeto muito minudente, exaustivamente regulatório. Tem que ser um conjunto de normas que desequilibre positivamente o sistema atual, com previsão para um novo equilíbrio, mas compreendendo que o que vai reorganizar a universidade é um processo de reforma e não um ato normativo de reforma. Isso exige depois novas medidas regulatórias internas da universidade, e externas do governo federal. Exige também uma mudança de cultura política da universidade que se dá por dentro desse processo de transformações. Então, a lei abre um processo de reforma que não termina. Mas que, na nossa opinião – se esses princípios gerais estiverem contidos nas próximas normas – colocará a universidade brasileira num novo patamar de democratização, de modernização e de qualidade.



UFRGS abrigará Centro de Design de Microeletrônica

FLÁVIO DUTRA



A partir do primeiro semestre deste ano, UFRGS e PUCRS sediarão, de forma compartilhada e em caráter provisório, o Centro de Design do Ceitec (Centro de Excelência em Tecnologia Avançada), dentro do Programa Nacional de Microeletrônica que elegeu o Rio Grande do Sul como Estado pólo do processo de inclusão do Brasil no mercado internacional de protótipos de semicondutores. O Ceitec será a única instituição latino-americana capacitada a produzir circuitos integrados, a tecnologia-chave para a sociedade da informação, para aplicação nos segmentos de telecomunicações, informática e automação de veículos (automóveis e aeronaves).

“Na década de 80 a UFRGS já contava com um doutor na área de microinformática”, recorda o diretor do Instituto de Informática, Philippe Olivier Alexandre Navaux. Segundo ele, a tradição da universidade nesta área corroborou para a escolha da UFRGS na instalação preliminar do Ceitec no Estado.

O sinal verde para a instalação do Centro de Design foi dado no final do mês de fevereiro e atende a uma proposta da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFRGS e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da PUCRS. Na UFRGS, a instalação será no Centro de Empreendimentos em Informática e na PUCRS, no prédio do TECNO-PUC. Cada uma das instituições compromete-se a colaborar científica e tecnologicamente na formação de pessoal, aquisição de equipamentos e rea-

lização de projetos. Também será feita divisão equitativa das verbas alocadas para o Ceitec pelos governos estadual e federal.

A construção das instalações definitivas do Centro será realizada no bairro Agronomia, em Porto Alegre, próximo ao Campus do Vale da UFRGS. Serão dois prédios no valor aproximado de 100 milhões de reais. Um desses prédios comportará o setor de projetos e o outro, de custo mais elevado, abrigará a chamada sala limpa, onde serão construídos os circuitos. Esta sala terá uma área de mil metros quadrados totalmente isolados de interferência externa, com oxigênio puro e temperatura controlada. O programa envolve ainda a participação de empresas de âmbito internacional, como a Motorola, que doou equipamentos no valor aproximado de 2,8 milhões de dólares.

Segundo o pró-reitor de Pesquisa da UFRGS, César Vasconcelos, as duas pró-reitorias da PUC e UFRGS apresentaram ao Conselho do Ceitec uma proposta, recentemente aprovada, prevendo a criação de Centros de Design Associados em diferentes instituições de ensino superior no Estado, tanto privadas como públicas. Vasconcelos prevê que, com essas iniciativas, o Rio Grande do Sul passa para um novo patamar de desenvolvimento em CT&I, deixando futuramente de importar tecnologia tão cara e formando uma inteligência nacional neste campo do conhecimento, estratégico para a maior inserção do país no contexto internacional. (JCS)

Assessoria faz prospecção de recursos

Uma Assessoria de Captação de Recursos para expansão do espaço físico está sendo implantada na UFRGS, desde março, pela administração central. Sua função é identificar os tipos de fontes de recursos que interessam para os projetos da Universidade. De acordo com o assessor, Carlos Horn, primeiramente está sendo realizado um trabalho de levantamento dos vários projetos que existem na Universidade e que, em princípio, precisariam de recursos coletados em várias fontes. Seriam programas geridos por instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), diversos ministérios, fundações internacionais ou mesmo de instituições multilaterais de financiamento. “Houve um convite do reitor para que se assumisse essa atividade e a intenção é que haja vínculo com o Gabinete da Reitoria, não exatamente como um setor ou uma área, mas uma assessoria que auxilie a administração a identificar fontes de financiamento para a expansão da Universidade”, ressalta.

Mas existe um caso em particular que há algum tempo vem sendo tratado pela UFRGS. O Ministério da Educação e o BNDES estabeleceram um protocolo de atuação conjunta em 1997. Trata-se de um programa para modernização e expansão dos meios físicos das Instituições de Ensino Superior. Esse programa faz com que o BNDES crie uma linha específica de crédito para as IES, com algumas vantagens na modalidade operacional. É uma linha com um custo mais barato, com prazo bem mais longo do que as linhas de crédito habituais do BNDES que foi bastante utilizada por instituições privadas e muito pouco pelas instituições públicas. Isso porque, na forma como ela foi originalmente concebida, praticamente inviabilizava o concurso das instituições públicas. No ano 2000 houve alteração nas modalidades operacionais para o

setor público e já existe um caso de sucesso, que é o caso da Universidade Federal de Minas Gerais.

Aqui na UFRGS há uma série de projetos para os quais são necessários recursos de financiamento. Segundo o assessor, há o projeto de construção da biblioteca geral no Campus do Vale, um prédio de grande dimensão que acomodará as várias bibliotecas setoriais. Existe também um projeto de transferência do Instituto de Ciências Básicas da Saúde (ICBS) para a área do Campus Saúde, fazendo com que o atual prédio da Medicina possa vir a ser reformado dentro do programa do patrimônio histórico. (ST)

FLÁVIO DUTRA



Carlos Horn auxilia a administração central na identificação de fontes de financiamento.

Rubem Dantas recebe título de Professor Emérito

RENI JARDIM



Professor Rubem Dantas recebe homenagem das mãos do Reitor José Carlos Ferraz Hennemann.

No dia sete de abril, a UFRGS prestou homenagem a um dos grandes personagens da história da Faculdade de Farmácia, concedendo o título de Professor Emérito a Rubem Green Ribeiro Dantas. A cerimônia, presidida pelo reitor José Carlos Ferraz Hennemann, foi realizada na Sala dos Conselhos, no prédio da Reitoria. “Não volto como filho pródigo para ter as benesses da casa do pai, mas o atual reitor, através do Conselho Universitário, me oferece um grande abraço e recupera um antigo professor”, comentou Dantas, emocionado. Em seu discurso, Rubem Dantas dedicou a homenagem a ele conferida ao fundador da Faculdade de Farmácia de Porto Alegre, professor Alfredo Leal.

Além de aluno, o professor emérito foi professor e diretor na Faculdade de Farmácia. Sua paixão pela química da vida norteou tanto sua escolha profissional como sua atuação junto à Universidade. Quando diretor da então Escola de Farmácia, em 1963, trabalhou pela mudança da estrutura da instituição, que, além de formar farmacêuticos, passou a ter um currículo especial para a formação de bioquímicos. O que resultou também na mudança do nome da unidade para Faculdade de Farmácia e Bioquímica de Porto Alegre.

Inovador, Dantas introduziu atividades de extensão e de iniciação científica ainda na década de 50. Foi dele a iniciativa da criação do Serviço de Bioquímica Clínica junto à Cadeira de Química Biológica, que deu origem ao Laboratório de Análises Clínicas da Faculdade de Farmácia. Nesse serviço gratuito,

inédito em nível nacional, os estudantes de final de curso realizavam a análise de exames médicos encaminhados pelo Hospital Santa Casa.

Momentos marcantes na vida pessoal e profissional de Rubem Dantas definiram sua conduta em defesa da autonomia universitária. Ele recorda a época da ditadura militar no Brasil, quando, na função de diretor da Faculdade de Farmácia, lutou para preservar o ambiente acadêmico da presença impositiva das forças armadas.

“Entre tantos outros exemplos de seu caráter como cidadão, professor e dirigente universitário, lembramos sua atitude corajosa na proteção dos jovens estudantes, que, por ideal, procuravam melhorar os caminhos do Brasil, e que eram perseguidos nos tempos obscuros que viveu a nossa universidade brasileira”, depõe o presidente da Federação Pan-americana de Farmácia, Gustavo Batista Éboli. (JCS)

UFRGS apóia alunos com deficiência visual

A Universidade conta, desde janeiro, com o SAADVIS, Setor de Apoio a Alunos com Deficiência Visual, vinculado à Secretaria de Assuntos Estudantis. Criado com o objetivo de oferecer apoio aos alunos de graduação, pós-graduação e ensino profissionalizante da Universidade, o setor passará a realizar até o final deste semestre, os seguintes serviços: transcrição para braile do material de aula; impressões de textos diversos em braile ou ampliadas; preparação dos alunos para a utilização do *software* leitor *Virtual Vision*; leitura e gravação de material impresso; sensibilização sobre a inclusão de alunos com deficiência visual na universidade; e, contato com docentes que ministram aulas aos alunos com deficiência visual.

Segundo a coordenadora, professora Ana Vilma Tijiboy, com a criação deste setor, a UFRGS inicia um processo inclusivo, ao cumprir a legislação nacional vigente sobre a educação de pessoas com deficiência visual no ensino superior, criando as condições necessárias para que estes alunos que já ingressaram pelos caminhos legais (vestibular) tenham o acesso adequado ao material de seus cursos. Nesse movimento inclusivo é a instituição que se adapta às pessoas com necessidades educacionais especiais e não o contrário.

No Setor de Apoio a Alunos com Deficiência Visual, os discentes com deficiência visual também poderão, em breve, utilizar computadores equipados com *softwares* de síntese de voz para a digitação de trabalhos acadêmicos, procura de informações na Internet e leitura de textos impressos e digitalizados através de *scanner*.

O Setor está localizado na sala 107 do prédio da Escola Técnica da UFRGS (*Rua Ramiro Barcelos, 2777 - Campus Saúde*) e conta com uma professora especialista em deficiência visual, um funcionário do quadro permanente da Universidade, dois bolsistas e uma professora coordenadora. O horário de funcionamento vai de segunda a sexta-feira, das 14h às 18h. Informações adicionais pelo telefone 3316-5148 ou através do e-mail anatiji@etcom.ufrgs.br. (AC)

Agronomia participa da Expodireto

No início de março, a UFRGS apresentou ao público da *Expodireto - Cotrijal 2005*, realizada no município gaúcho de Não-Me-Toque, informações técnicas e inovações da agricultura projetadas através da pesquisa.

Entre os trabalhos apresentados no estande organizado pela Faculdade de Agronomia, destacaram-se três projetos desenvolvidos pelo Departamento de Plantas de Lavoura: “Plantas transgênicas - avaliando riscos e desfazendo mitos”, em que são analisados vários tópicos sobre o uso da transgenia e a saúde dos consumidores; “Manejo da cultura do milho para altos rendimentos de grãos”, no qual é traçado um painel das principais mudanças nos sistemas de cultivo e de tratamento fitossanitário; e “Soja - fatores que afetam o crescimento e o rendimento de grãos”, em que é apresentado um estudo detalhado sobre a estrutura e o desenvolvimento deste que é um dos principais cultivos em nosso estado. Os trabalhos tiveram a coordenação dos professores Claudio Mundstock, Paulo Regis da Silva, Carla Andréa Delatorre e André Luís Thomas.

Em seis edições da feira, foi a primeira vez que a Universidade pôde levar plantas transgênicas para demonstração, o que, segundo o professor Claudio Mundstock, “é importante para que a comunidade seja esclarecida pela ciência e por fatos concretos sobre os alimentos transgênicos, ainda mais agora, que a Lei de Biossegurança foi aprovada pelo Congresso”. Esta área foi uma das que mais chamaram a atenção do público que visitou a feira.

No entendimento do professor, o Brasil terá que correr para superar o atraso nas pesquisas com organismos geneticamente modificados que estiveram proibidas até o início deste ano. “Outras nações já aprimoraram suas tecnologias, enquanto o material disponível no nosso País ainda precisa ser muito desenvolvido”, ressalta.

Além da apresentação de publicações e da programação intensa de palestras, a UFRGS manteve, no parque da Cotrijal, uma área onde foram implantadas variedades de soja e de milho. Naquele espaço, os visitantes foram guiados por equipes de estudantes e professores. (AC)

Arquivo do IA preserva memória artística

Acervo está disponível aos pesquisadores, professores ou alunos, e oferece grande variedade de documentos artísticos e administrativos, tanto para consulta local como para empréstimos. A documentação é original, podendo haver cópias digitalizadas.

Aos 97 anos de funcionamento, o Instituto de Artes (IA) da UFRGS tem muito o que lembrar e comemorar. Para isso tem cuidado zeloso da preservação e conservação de sua memória. O Arquivo Geral do Instituto de Artes (Agia) guarda documentos históricos e administrativos, desde a fundação, em 22 de abril de 1908, como Conservatório de Música, juntamente com a Escola de Artes. Documentos dos fundadores e de antigos professores, matrículas de ex-alunos e diários de artistas famosos povoam o acervo do Agia e trazem para o presente a luta da instituição até ser federalizada. “Com a proximidade do centenário do IA, o arquivo ficará disponível aos pesquisadores da história da arquitetura, das ciências humanas e da educação na busca de subsídios para a reconstituição do campo artístico no Rio Grande do Sul”, informa o atual diretor Círio Simon. Em 2002, ele defendeu a tese “Etapas e Contribuições do Instituto de Artes da UFRGS na Constituição de Expressões de Autonomia no Sistema de artes visuais do Rio Grande do Sul entre 1908 e 1962”.

ACERVO NO SUBSOLO

Segundo a arquivista Medianeira Pereira Goulart, o acervo foi salvo graças ao trabalho do professor Círio Simon, que, a partir de 1994, começou a examinar o material depositado no porão, à procura de informações para compor sua tese de doutorado. A cada chuva, o espaço sofria alagamentos, e mais uma parte do acervo se perdia. Em 1999, foi feita uma negociação com o Instituto de Ciências Básicas da Saúde (ICBS) e a Reitoria, para a concessão de um espaço para acolher o material. Em dezembro, do mesmo ano, houve a mudança para uma sala no ICBS. Durante a operação, foi perdida uma boa parte da documentação, principalmente fotos.

Apenas Medianeira trabalhou no projeto de organização, desde o ano 2000. “Não tínhamos a mínima infra-estrutura no novo local, pois era uma sala onde somente existiam as estantes. Faltavam mesas, cadeiras, água, telefone. “Quando o professor Círio Simon assumiu a direção do IA, conseguimos as condições mínimas de funcionamento do acervo, sem nunca deixar de atender os pesquisadores”, ressalta a arquivista.

Segundo Medianeira, o Agia dá suporte técnico para o Museu Universitário, e vários estagiários já fizeram pesquisas no arquivo, consultando principalmente os acervos fotográfico e documental, como manuscritos que se referem à criação do IA, ata de instalação, atas de exames e concursos, e livros de matrículas do tempo do Instituto de Belas Artes até os mais atuais. O Arquivo Geral tem toda a documentação da instituição, inclusive um livro-diário do pintor tcheco Francis Pelicheck.

GESTÃO DOCUMENTAL

Medianeira ressalta a necessidade de profissionais de arquivologia para a conservação e catalogação correta dos documentos. Ela conta o caso de uma secretária que, durante a gestão de Celso Loureiro Chaves, ao fazer uma “limpeza” e organizar o arquivo, descartou documentos históricos importantes como se fossem lixo. O professor Círio Simon diz que isso é frequente: “São pessoas que sem habilitação para determinadas atividades, que são encarregadas de “organizar” arquivos e o fazem



Antes e depois: projeto de gestão documental visa a evitar perdas.

de acordo com sua visão.” Medianeira concorda e informa que o processo de gestão documental do Instituto descobriu lacunas de vários anos e períodos no acervo. Ela cita leis federais que regulamentam a preservação de documentos públicos.

A Lei nº 8.159, de janeiro de 1991, dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Em seu 1º artigo diz que “é dever do poder público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elemento de prova e informação”. No artigo 3º considera a gestão de documentos como o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes a sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente. O Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) regula a política nacional de arquivos.

SITUAÇÃO ANTERIOR

“Se o acervo ficasse mais um ano na situação em que foi encontrado pelo professor Círio, provavelmente hoje não teríamos mais nada a conservar, devido às condições em que o material estava armazenado”, diz Medianeira. O antigo local funcionava mais como um depósito e não apresentava as mínimas condições de preservação. Os documentos ficavam jogados pelo chão constantemente alagado e expostos aos riscos de incêndio, pois a fiação elétrica estava solta e desencapada. Atualmente, o arquivo está em um processo bem acelerado de organização, com duas arquivistas trabalhando, e o processo de degradação e decomposição foi interrompido. Mas o arquivo ainda não dispõe de extintores de incêndio.

SOCIALIZAÇÃO

De acordo com Círio, a maioria dos documentos arquivados fazem parte da movimentação da memória do Estado do Rio Grande do Sul e são a base para a reconstituição da história do ensino das Artes e da própria Constituição estadual. Além disso, foram esses documentos que impulsionaram a criação do Instituto e fizeram germinar e manter os ideais, transformando-os em instituições.

O arquivo sempre foi muito freqüentado por arquitetos e tem atendido tanto a comunidade interna, da administração do Instituto de Artes, quanto os docentes, alunos, antigos estudantes do Instituto, antigos professores e o público em geral. Outra dificuldade é a falta de pessoal. No ano passado, através de concurso, contratou a arquivista Márcia Pereira da Silva, que assumiu o em março de 2004 e divide com Medianeira, contratada da Faurgs, a responsabilidade pelo projeto. Elas acompanham as

consultas ao arquivo e manuseiam os documentos a serem fotografados. Empréstimos são feitos a partir do preenchimento de uma ficha com dados, telefone e data de retorno. Mas nem sempre os documentos retornam sem que haja uma busca. “Precisamos fazer um trabalho prioritário de conscientização do usuário”, ressalta Medianeira. O horário para atendimento externo é das 14h às 17h.

“É importante destacar a iniciativa do IA, como Unidade, como instituição responsável pela sua informação. Estamos aqui representando uma comunidade inteira. É um projeto que está sendo muito bem visto, que evolui com todas as suas dificuldades. Acho que conseguimos muito em relação ao trabalho de conscientização das pessoas, da necessidade de guarda e de preservação da documentação e do tratamento responsável da documentação administrativa, no âmbito do IA. Isso vai ser um bom exemplo para a UFRGS como instituição e para a comunidade em geral”, diz Medianeira. (ST)



Programação de aniversário do IA

No dia 25 de abril, no Auditorium Tasso Corrêa (Rua Senhor dos Passos, 248 - térreo), o projeto de extensão “Saraus no IA” promoverá um sarau de alunos, coordenado pelas professoras Hella Frank, Maly Weisemblum e Flávia Domingues Alves. A apresentação será realizada a partir das 17h, com entrada franca.

Ainda dentro da programação de aniversário, o público poderá visitar, até 29 de abril, na Pinacoteca Barão de Santo Ângelo (Rua Senhor dos Passos, 248 - 1º andar), a exposição *Múltiplo Olhador*, que traz obras dos alunos formados do Departamento de Artes Visuais, no segundo semestre do ano passado, com a curadoria do professor Rodrigo Nuñez. Visitação de segunda a sexta-feira, das 10h às 18h, no primeiro andar do Instituto.

AGENDE-SE

DEPRESSÃO NA MATERNIDADE

O Núcleo de Infância e Família do Instituto de Psicologia da UFRGS está selecionando mães voluntárias para participar de uma pesquisa sobre a depressão na maternidade e os efeitos para o desenvolvimento emocional do bebê.

Para participar, as interessadas deverão ser adultas, com bebês de até 12 meses, que não sejam prematuros ou gêmeos. As selecionadas terão atendimento psicoterápico gratuito.

A pesquisa, coordenada pelos professores Cesar Piccinini e Rita Sobreira Lopes do Instituto de Psicologia, será desenvolvida em três fases: primeiro, haverá encontros para avaliação. Se houver indicação, será realizada uma psicoterapia breve, na qual os pais e o bebê terão atendimento ao longo de três meses. Imediatamente após a psicoterapia é feita uma segunda avaliação. O ciclo se completa com uma nova avaliação seis meses mais tarde. Informações e inscrições pelo telefone 9822-8242.

MOSTRA INOVA – UFRGS

De 10 a 14 de maio a Pró-Reitoria de Pesquisa realiza a Mostra da Pesquisa e Pós-Graduação da UFRGS – MOSTRA-UFRGS e a Feira de Inovação Tecnológica – INOVAUFRGS, que irão retratar a excelência da pesquisa e dos cursos de pós-graduação, a capacitação profissional e o potencial de inovação da comunidade acadêmica da UFRGS.

A programação do evento prevê a realização de sessões de pôsteres, estandes institucionais e de inovação tecnológica e exposições de vídeos, com a participação de pesquisadores, professores, estudantes, representantes de instituições de pesquisa e de agências de fomento, além do público em geral.

A Mostra e a Feira representam uma oportunidade única de preparação da participação da UFRGS na Globaltech - Feira de Ciências, Tecnologia e Inovação, que ocorrerá de 17 a 22 de maio, no centro de exposições da FIERGS.

Todas as atividades terão lugar no segundo andar do prédio da Reitoria da (Av. Paulo Gama, 110 – Campus Centro), 9h às 18h, com entrada franca. Informações: 3316-4102.

CANTOS GUARANIS

Como resultado do trabalho de pesquisa das professoras Maria Aparecida Bergamaschi e Ana Luisa Teixeira de Menezes, da Faculdade de Educação, foi lançado no dia 18 de abril o CD “Nhandêrú Jepoverá” (Raio Sagrado de Deus), do grupo de canto e dança guarani da aldeia Cantagalo.

A oportunidade de produzir o CD surgiu através de um financiamento do Fundo de Miniprojetos da Região Sul e a geração de renda é um dos principais objetivos do lançamento deste disco, pois se trata de um povo que vivia em grandes áreas, que teve suas terras ocupadas e hoje busca superar as incompreensões que marcam os contatos com a sociedade ocidental.

O disco, que contou com a produção musical de Gustavo Finkler e Sergio Olivé, reúne 15 cantos Guarani do coral Nhandêrú Jepoverá, coordenado por Adriano Verá Benites. O CD pode ser adquirido na loja do Museu da UFRGS (Av. Osvaldo Aranha, 277 – Campus Centro) ao preço de R\$ 20,00.

PORTAL DIVULGA BOLSAS

O portal Universia www.universia.com.br, está divulgando informações sobre mais de 10 programas de bolsas de estudo da CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, uma das principais agências de fomento à pesquisa e de financiamento à formação de acadêmicos do país.

A CAPES mantém uma série de programas e iniciativas voltados à concessão de bolsas para brasileiros destinadas aos estudos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado, doutorado e pós-doutorado), tanto no Brasil quanto no exterior. Para conhecer os diversos programas e saber qual o mais adequado para cada caso, os interessados devem acessar o canal Bolsas e Financiamentos (www.universia.com.br/bolsas).

Publicações das melhores editoras universitárias

Artigos da grife UFRGS

Livraria da UFRGS
Campus do Vale
Fone (51) 3316 7339

Livraria da UFRGS
Campus Centro
Fone (51) 3316 4202

UFRGS
LIVRARIA
www.livraria.ufrgs.br

20% de desconto em todos os títulos. Atendemos, também, pelo correio.

Teatro, Pesquisa e Extensão retorna à Sala Alziro Azevedo



FOTOS: MYRA GONÇALVES

O ator Rico Assoni faz um mergulho no universo dramático instável e original de *Qorpo Santo*.

JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO

Jornalista

A programação de 2005, lançada em abril com a peça "Às Cegas", prossegue apresentando a produção dos alunos do Departamento de Arte Dramática do Instituto de Artes.

O projeto Teatro, Pesquisa e Extensão, que teve excelente resposta de público em 2004, volta neste ano trazendo seis peças desenvolvidas por alunos da UFRGS. Promovido pelo Departamento de Arte Dramática do Instituto de Artes em parceria com as Pró-Reitorias de Pesquisa e Extensão da Universidade, o projeto acontece nas quartas-feiras sempre em duas sessões: às 12h30min e às 19h30min, na Sala Alziro Azevedo do DAD (Av. Salgado Filho, 340), até o dia 29 de junho. No segundo semestre, retornará com nova programação.

Até o final do mês de abril, está em exibição o espetáculo *Às Cegas*, uma adaptação da obra *Os Cegos*, do dramaturgo belga Michel de Ghelderode. Com uma linguagem grotesca e inspirada nos quadros de Bosch e Bruegel, a

peça se passa na Idade Média e narra a história de três cegas peregrinas flamengas, que pretendem chegar em Roma para que o Papa dê um fim às suas cegueiras. Em meio ao seu sofrido caminho, encontram um homem solitário, que tenta convencê-las de que elas estão no caminho errado e que o fim das três poderá ser pateticamente trágico. A direção é de Felipe Vieira. No elenco, Maico Silveira, Mariana Mantovani, Muriel Vieira e Ursula Colischonn, integrantes do Grupo Virtú.

Em maio, será apresentada, nos dias 4, 11, 18 e 25, a peça *Um Qorpo Santo*, uma colagem de textos que apresenta o universo dramático instável e original de Qorpo Santo, produzida sob a orientação do professor Xico de Assis. A história acompanha um personagem metido em um mundo de fantasmas, perdido na própria loucura, em permanente conflito com a mesmice do meio provinciano em que vive e que só encontra refúgio na imaginação e na produção literária. O ator Rico Assoni parte do material do célebre dramaturgo gaúcho para realizar um exercício de interpretação no qual trabalha com extremos (desejo e medo, sonho e realidade) em busca do simbólico e da teatralidade.

Todas as apresentações têm entrada franca e mais informações podem ser obtidas junto à Secretaria de Comunicação do Instituto de Artes, telefone 3316-4318.

Projeto Pixinguinha volta à UFRGS

Está de volta a Porto Alegre o projeto que lotou o Salão da Universidade nas décadas de 80 e 90. O *Projeto Pixinguinha*, que já trouxe à capital nomes consagrados da música nacional como Marina, Belchior e Luiz Melodia, teve seu primeiro espetáculo no dia 14 de abril.

Após uma pausa de cinco anos, o *Pixinguinha* foi retomado em 2004 por iniciativa da Funarte, Fundação Nacional de Arte e Ministério da Cultura, com o patrocínio da Petrobras. O projeto retorna à capital gaúcha com apoio local da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS e Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Ao longo do ano, 96 artistas divididos em 12 caravanas percorrerão mais de 50 cidades do país. Haverá quatro caravanas a cada mês, cada uma com três atrações. A primeira etapa de Porto Alegre contou com a apresentação dos músicos: João Omar, Lula Queiroga & Banda Wolfgang e Silvério Pessoa.

Criado em 1977, pelo compositor e produtor Hermínio Bello de Carvalho, o *Projeto Pixinguinha* foi um dos maiores divulgadores e incentivadores da música brasileira. Através dele, artistas até então desconhecidos, como Zizi Possi e Djavan, foram apresentados ao grande público ao lado de nomes já famosos como Elizeth Cardoso, Martinho da Vila e Nara Leão. Durante vinte anos, mais de três mil shows percorreram as capitais e grandes cidades do Brasil, sempre a preços populares.

Quem não puder assistir aos shows terá a chance de ouvi-los pelo rádio. O ensaio geral de cada espetáculo será realizado nos estúdios da Rádio Nacional, no Rio de Janeiro, e transmitido pela emissora para todo país, além de se tornar parte do arquivo audiovisual da Funarte.



Silvério Pessoa participou da primeira edição do *Projeto Pixinguinha* em Porto Alegre

A próxima caravana do *Pixinguinha* retornará ao Salão de Atos no próximo dia 11 de maio com apresentações dos músicos Carlos Zens, Cecília Leite e Moacyr Luz. Os ingressos poderão ser retirados a partir de 9 de maio na bilheteria do Salão de Atos (Av. Paulo Gama, 110 - Campus), das 12h às 18h, sendo opcional a doação de 1kg de alimento não perecível. Mais informações pelos telefones: 3316-3034 e 3316-3390.

Lançamentos da Editora

Medidas sócio-educativas: da repressão à educação; a experiência do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de Carmen Maria Craidy e Liana Lemos Gonçalves (Editora da Universidade, 2005, 166 p., R\$12,00 nas Livrarias da UFRGS)

Carmen Maria Craidy é Doutora em Educação pela UFRGS; professora da Faculdade de Educação da UFRGS; Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação, Exclusão e Violência Social e Coordenadora do PSC/UFRGS. Liana Lemos Gonçalves é pedagoga pela FAGED/UFRGS; Mestre em Educação pela UFRGS e Coordenadora Executiva do PSC/UFRGS.

A obra é uma narrativa do PSC - Programa de Serviços à Comunidade da UFRGS, que apresenta sua concepção, seu objetivo e seu trajeto desde 1997. Ali também estão os perfis dos 757 adolescentes que passaram pelo programa até setembro de 2003. Esses jovens praticaram atos infracionais e receberam como medida sócio-educativa prestar serviço à comunidade; o que significa trabalhar sem remuneração por um período estabelecido pelo juiz, que pode ser de um a seis meses, de quatro a oito horas semanais.

Para João Batista Costa Saraiva, Juiz da Infância e da Juventude, autor do prefácio do livro, esse se constitui numa "ferramenta capaz de oportunizar a compreensão do universo do adolescente em conflito com a lei". A publicação é, de fato, rica em levantamento de dados, de estatísticas, de histórias. O ambiente dos garotos parece estar retratado em cada uma dessas informações, como por exemplo o minucioso questionário aplicado na entrada no PSC, anexado à obra.

Está declarada nessa "ferramenta" a percepção dos que passam pelo programa e dos que fazem o programa. Os executores do projeto, principalmente das áreas de Educação e Ciências Sociais, e os participantes, as "pessoas-referências" dos setores da universidade em que os meninos trabalham, destacam pontos positivos, como a integração, e os negativos, como o curto período de convivência. É consenso que a experiência é muito rica: os adolescentes sentem-se aceitos sem preconceito; aprendem regras em um ambiente organizado e vêem possibilidades para o futuro.

As autoras, na conclusão, definem juventude não como uma faixa de idade, mas um lugar social: "Se este lugar for ocupado pela desesperança e pela perspectiva de morte, é a sociedade toda que estará moribunda." Este fechamento tem relação direta com a citação de Hannah Arendt que Carmen e Liana utilizam na introdução: "o ódio aparece apenas onde há razão para supor que as condições poderiam ser mudadas mas não o são".

Política Externa no Governo Itamar Franco (1992-1994): continuidade e renovação de paradigma nos anos 90, de Ney Canani (Editora da Universidade, 2004, 126 p., R\$17,60 nas Livrarias da UFRGS)

Ney Gonçalves Canani é diplomata de carreira e mestre em Ciência Política pela UFRGS (2003). Licenciado em Letras, foi professor de produção e análise textual do Instituto de Letras da UFRGS junto à Faculdade de Comunicação (1998-2000). Atualmente, trabalha na Coordenação-Geral de Organizações Econômicas do Ministério das Relações Exteriores.

Segundo o autor, "os estados não desenvolvem relações desinteressadas entre si, tendo sempre o objetivo último de garantir através das relações internacionais um melhor nível de bem-estar para as suas populações ou um maior controle de recursos de poder" e em todo esse processo elementos internos como características da população, regime político e econômico são afetados. Sendo assim, a política externa interfere incisivamente na política interna do país.

Através da literatura da área, Canani constata que, no caso do Brasil, há uma tradição dominante marcada pelos conceitos e posições da PEI - Política Externa Independente - e que essa é rompida nos governos Castelo Branco e Collor de Melo. A PEI seria "o momento a partir do qual a postura de não-alinhamento e multilateralização afirma-se com maior clareza e coerência conceitual, dando consistência ao paradigma que informará a política externa desde então." Sendo assim, o diplomata procura caracterizar o modelo que orienta a política externa tupiniquim na década de 90; defendendo que, se no governo Collor há a ruptura com o padrão desenvolvimentista, este retorna no governo de seu sucessor.

Para o autor, a caracterização da política externa de Itamar Franco reveste-se de grande complexidade, pois enquanto alguns analistas a interpretam como continuação da política de Collor, outros, entendem que houve um questionamento do paradigma neoliberal.

A obra teve o patrocínio do Mestrado em Relações Internacionais do IFCH/UFRGS (Programa San Tiago Dantas da CAPES) e faz parte da série *Estudos Internacionais*, coordenada pelo professor Paulo Fagundes Vizentini, orientador do autor. Essa coleção visa a publicação de estudos, teses, dissertações e seminários relevantes para o estudo das relações internacionais. *Estudos Internacionais* é de responsabilidade do Núcleo de Estudos de Estratégia e Relações Internacionais do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados da UFRGS. (Caroline da Silva)

Prêmio estimula o estudo da cultura brasileira

Estão abertas, até 11 de maio, as inscrições à edição 2005 do *Prêmio Érico Vannucci Mendes*, concedido anualmente com o objetivo de estimular o estudo da cultura nacional em todos os seus aspectos.

Érico Vannucci foi um estudioso da cultura brasileira, nascido em São Paulo, em 1944, e falecido na mesma cidade em 1986. O prêmio resulta de uma parceria entre Marta Vannucci, CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e SBPC, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Podem participar, pessoas de qualquer idade, formação ou profissão, que tenham se distinguido em pesquisas e estudos devidamente publicados sobre a cultura brasileira, com ênfase no tema *Preservação da Memória Nacional*, em especial, as tradições populares e os traços culturais das minorias étnicas e sociais. No caso do candidato ser estrangeiro, deverá estar radicado (visto permanente) no Brasil.

A Comissão Julgadora será composta de três membros: um representante indicado pela SBPC, que presidirá os trabalhos de seleção, e dois representantes pelo CNPq.

O vencedor do concurso deverá, obrigatoriamente, fazer uma apresentação de seu trabalho na reunião da SBPC, a ser realizada na cidade de Fortaleza, Ceará. A premiação, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) inclui ainda passagem aérea e hospedagem para permitir a participação do vencedor na reunião anual da SBPC. Não serão aceitas obras ainda não publicadas, notadamente dissertações e teses de pós-graduação.

O resultado será divulgado até 13 de junho, através do endereço eletrônico www.cnpq.br/sobrecnpq/premios/ericovannucci. As inscrições deverão ser encaminhadas ao CNPq - Serviço de Prêmios - SEPN 507, Bloco "B", sala 2099, 2º andar. CEP 70740-901, Brasília, DF.

Universidade estreia programação cultural

ÂNIA CHALA
Jornalista

Programa, que terá edições mensais até dezembro, destaca a música instrumental brasileira através de shows musicais, debates, oficinas e exibição de filmes.

No dia 7 de abril, foi lançada a edição 2005 do Unicultura, tradicional programa extensionista, que oferece espetáculos, exibições de filmes, debates e oficinas com entrada franca nos espaços do Campus Central da UFRGS. Na estreia, o show do grupo "Moderna Tradição", que apresentou clássicos do chorinho brasileiro, levou cerca de 900 pessoas ao Salão de Atos.

Ao contrário do que ocorreu em 2004, quando o programa contemplou apenas o Projeto Unimúsica, através da série Piano e Voz, na edição deste ano há espaço também para o cinema e a troca de idéias e experiências, através dos projetos Unifilme e Unidéia (veja quadro ao lado).

Criado em 1993, a partir de uma consulta à comunidade universitária que solicitou o retorno das atividades culturais desenvolvidas pela Universidade no início da década de 80, o Unicultura conta, desde então, com a organização do Departamento de Difusão Cultural da Pró-Reitoria de Extensão.

Para a programadora cultural Lúcia Petrucci, responsável pela coordenação do Unicultura, o foco das ações deste ano "irá mostrar a diversidade da música instrumental, uma vez que a produção nesta área no Brasil é riquíssima". No Unimúsica, por exemplo, haverá desde a participação de trios até octetos, abrangendo uma variedade de formações instrumentais e de gêneros musicais que vai, desde grupos recém formados, como os cariocas Tia Ciata e Trio Arcano, a grupos gaúchos como os dos músicos Arthur de Faria e Pedrinho Figueiredo.

Outra novidade é o recolhimento de alimentos não perecíveis, que podem ser doados pelo público no momento da retirada dos ingressos para os shows, na bilheteria do Salão de Atos. A exemplo do que já vem fazendo o Planetário da UFRGS, a Pró-Reitoria de Extensão irá doar os alimentos recebidos a cada edição do Unimúsica para entidades assistenciais previamente cadastradas.

Programação Unicultura 2005

Projeto Unimúsica

Espectáculos

Local e horário: Salão de Atos (Av. Paulo Gama, 110), às 19h
Retirada de senhas para ingresso, três dias antes de cada show, na bilheteria do Salão, das 12h às 18h, mediante a doação de 1kg de alimento não perecível.

5/05 – Arthur de Faria & Seu Conjunto (Porto Alegre)
2/06 – Carlos Malta & Pife Muderno (RJ)
7/07 – Trio Arcano (RJ)
4/08 – Qu4tro a Zero (Campinas)
1/09 – Quaternaglia (SP)
6/10 – Tia Ciata (RJ)
3/11 – Pedrinho Figueiredo e o Som da Campana (Porto Alegre)
1/12 – Pau Brasil (SP)

Oficinas

Local e horário: mezanino do Museu da UFRGS (Av. Osvaldo Aranha, 277), às 14h, com entrada franca
Inscrições: 3316-3034 e 3316-3390

6/05 – Música serve pra isso?
Com Arthur de Faria
Público-alvo: público em geral

1/06 – A diversão da música
Com Carlos Malta.
Público-alvo: crianças de 06 a 12 anos

8/07 – Idéias Musicais
Com o Trio Arcano
Público-alvo: público em geral

2/09 – Música Popular de Câmara
Com o grupo Quaternaglia
Público-alvo: profissionais e estudantes de música, especialmente violonistas e cameristas

7/10 – Samba com o Tia Ciata
Com os integrantes do grupo carioca
Público-alvo: profissionais e estudantes de música

4/11 – Música de cinema
Com Pedrinho Figueiredo
Público-alvo: público em geral



Naylor "Proveta" Azevedo e Isaías Bueno de Almeida encantaram o público.

Projeto Unidéia

Criação e memória na música instrumental brasileira
Série de encontros misturando debate e oficina, que pretendem proporcionar aos músicos convidados, aos professores da UFRGS e aos participantes em geral a oportunidade de falar de música experimentando música.

Local e horário: mezanino do Museu da UFRGS (Av. Osvaldo Aranha, 277), das 14h às 17h
Inscrições: Museu da UFRGS
Informações pelos telefones 3316-3034 e 3316-3390
Entrada franca

5/08
Com os músicos Eduardo Lobo, Danilo Pentead, Daniel Muller, Lucas da Rosa, integrantes do grupo paulista Qu4tro a Zero e Maria Elizabeth Lucas, professora do Departamento de Música do Instituto de Artes.

2/12
Com o pianista e regente, Nelson Ayres; o saxofonista e arranjador, Pedrinho Figueiredo; e Fernando Mattos, professor do Departamento de Música do Instituto de Artes.

Projeto Unifilme

Local e horário: Sala Redenção (Av. Paulo Gama, s/nº. - Campus Centro), às 19h
Entrada franca

4/05 – Sessão de Curtas:
Pinguinha, de João Carlos Horta
P&B, 16mm, 13min, 1969
O Cinema Falado, de Júlio Heilbron
P&B, 35mm, 10min, 1974
Chorinhos e Chorões, de Antônio Carlos Fontoura
Cor, 16mm, 11min, 1974

1/06 – Helena Meirelles, de Dainara Toffoli e Monica Schmiedt
Cor, DVD, 2005

5/10 – A Morte Cansada, de Fritz Lang
P&B, DVD, 99min, 1921
A história da jovem que perde o noivo e tenta fazer um acordo com a morte para recuperá-lo, recebe uma trilha sonora executada ao vivo pelo pianista e aluno do Programa de Pós-Graduação em Música do Instituto de Artes, Diogo de Haro.

7, 8, 9, 10 e 11/11 – Kenoma, de Eliane Caffé
Cor, 35mm, 109 min, 1998

Fellini, o mentiroso

Fellini: o cinema de um grande mentiroso é o nome da atividade de extensão que o Setor de Italiano do Instituto de Letras da UFRGS está realizando no auditório Celso Pedro Luft até o dia 1º de julho.

O ciclo de filmes funciona como prática de ensino para formandos em Licenciatura em Letras, Habilitação em Italiano que, ao final de cada sessão, apresentam comentários sobre aspectos da cultura italiana enfocados em cada filme. A atividade homenageia Federico Fellini, um dos poucos diretores de cinema que conseguiram marcar tão claramente seu estilo, a ponto de virar adjetivo.

As exibições acontecem nas sextas-feiras, às 13h30min, no auditório Celso Pedro Luft do Instituto de Letras (Av. Bento Gonçalves, 9500, prédio 43221 – Campus do Vale), sempre com entrada franca. Informações: 3316-6710. (CDS)

Programação

29 de abril – A Doce Vida
(La Dolce Vita, ITA/FRA, 1960, 167 min., P&B, DVD). Palma de Ouro em Cannes e Oscar de Melhor Figurino.

13 de maio – Julieta dos Espíritos
(Giulietta Degli Spiriti, ITA, 1965, 148 min., cor, DVD).

20 de maio – Amarcord
(Amarcord, ITA/FRA, 1973, 127 min., cor, DVD). Oscar de Melhor Filme Estrangeiro.

03 de junho – Ensaio de Orquestra
(Prova d'Orchestra, ITA, 1978, 70 min., cor, DVD).

17 de junho – E La Nave Vá
(E La Nave Vá, ITA/FRA, 1983, 132 min., cor, DVD).

01 de julho – Entrevista
(Federico Fellini Intervista, ITA, 1987, 106 min., cor, VHS).



Concerto realizado no Salão de Atos contou com a participação do Coral da UFRGS.

Parceria musical renovada

Estreou, no dia 23 de março, a temporada 2005 do projeto parceria musical UFRGS-Unisinos. O projeto, que na nossa Universidade é coordenado pelo Departamento de Difusão Cultural da Pró-Reitoria de Extensão, terá duas edições mensais até o final do ano: a primeira no anfiteatro Padre Werner, da Unisinos; e a segunda, no Salão de Atos da UFRGS.

A parceria musical foi instituída em 1989 e funcionou sem interrupções até 2002, conquistando milhares de pessoas que, ao longo dos anos, tiveram sua formação musical marcada pelos concertos gratuitos.

O diferencial nesta retomada, segundo a diretora do Departamento de Difusão Cultural, Cláudia Boettcher, é que na UFRGS o projeto funcionará como um laboratório para que alunos de graduação e pós-graduação

em música do Instituto de Artes, possam participar como solistas. "Os estudantes são indicados pelos próprios professores e têm a oportunidade de ensaiar e apresentar-se, sob a regência do maestro Roberto Duarte", ressalta a diretora.

A próxima edição da parceria na UFRGS ocorrerá no dia 20 de abril, às 20h, com um concerto em que serão apresentadas composições de Guido Santorsola, Igor Stravinsky e Antônio Carlos Borges Cunha, professor do Instituto de Artes, que apresenta "Contingências 1981", peça de sua autoria. Participam como solistas convidados Daniel Wolf (violão) e Laura Dearmas (cravo). A regência será de Antônio Carlos Borges Cunha e a entrada é franca. O Salão de Atos funciona na Av. Paulo Gama, 110, Campus Centro.

Ciclo discute gênero e sexualidade

Inicia em 25 de abril, um ciclo de filmes e debates sobre a diversidade nas formas de viver os gêneros e as sexualidades proposto pelo Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE) da Faculdade de Educação da UFRGS em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa e a Sala Redenção.

Sob a coordenação das professoras Jane Felipe e Guacira Lopes Louro, a atividade terá, após a projeção de cada filme, a participação de dois ou três convidados especiais, que atuarão como provocadores ou estimuladores da discussão entre os participantes. Os filmes serão exibidos em sessões às 18h30min, com entrada franca. A Sala Redenção funciona no Campus Centro, ao lado do bar Antônio Lanches (Av. Paulo Gama, s/nº.). (CDS)

Programação

25 a 29/04 – 18h30min
Tudo Sobre Minha Mãe (Todo Sobre Mi Madre, ESP, 1999, 101 min. – Comédia, 35mm), de Pedro Almodóvar. Debate para o Teatro, Pesquisa e Extensão no dia 28.

19/05 – 18h30min
Um Amor Quase Perfeito (Le Fati Ignoranti, FRA/ITA, 2001, 105 min. – Drama, DVD), de F. Ozpetek.

30/06 – 18h30min
Eu, Tu, Eles (BRA, 2000, 104 min. – Comédia, DVD), de Andrucha Waddington.

21/07 – 18h30min
Wilde, O Primeiro Homem Moderno (Wilde, ING, 1997, 117 min. – Drama, VHS), de Brian Gilbert.

1/09 – 18h30min
Má Educação (La Mala Educación, ESP, 2004, 145 min. – Drama, DVD), de Pedro Almodóvar.

Nayr Tesser não tem papas na língua

ADEMAR VARGAS DE FREITAS
Jornalista

Botar o pingo no i é com ela mesmo: quando abre a boca, saem frases definitivas. Tão definitivas que seus alunos se apressam em colecionar. Por exemplo: “Intelectual é um saco, intelectual de esquerda é dois sacos e intelectual de esquerda acadêmica é três sacos”. Mas não se apresse, a professora Nayr Tesser é muito mais que uma simples frasista. Leia e comprove.



RICARDO DE ANDRADE

Ela sempre foi fascinada pela lingüística: a língua compõe o homem, a língua é o homem. Se orgulha de ter sido professora secundária, lamenta não ter sido professora primária e, por tudo o que já fez, acha que está mais para o teatro de variedades. Faz 38 anos que dá aulas. Antes de ser professora de Teoria do Texto e do Discurso na UFRGS, lecionou Língua Portuguesa e Literatura Portuguesa e Brasileira no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, onde usou de tudo para mostrar aos alunos que o Brasil estava sob uma ditadura, de Mafalda a João Cabral de Melo Neto. Nayr Tesser nasceu a 21 de agosto de 1939 e gosta de ser de Leão, com ascendente Leão e lua em Escorpião. Essa combinação de signos e o sangue italiano talvez expliquem o furacão (às vezes brisa) que ela sempre foi. Os quatro avós vieram do norte da Itália. O pai, Francisco Tesser, foi agricultor e depois dono de bar. A mãe, Lília Poloni Tesser, era quase analfabeta. Até os cinco anos e meio, Nayr, então

Chiquinha, viveu na terra natal, Faria Lemos, perto do Rio das Antas, numa casa de pedra com um grande porão, rodeada de parreirais. Gostava de girassol. As outras meninas diziam: “Ah, mas isso não é flor”. Não é flor? Mas ela gostava assim mesmo. E gosta até hoje. Também aprecia flores que muitos desconhecem. “Para produzir a uva, a parreira dá um cacho de flores delicadas, de perfume suave que recende em noites de luar.” Mas nem tudo foi flor na infância dela, houve lágrimas também. “Tive uma irmãzinha que faleceu com menos de dois anos de idade. Era linda como uma boneca, as pessoas paravam pra olhar pra ela.” À noite, depois do trabalho, a mãe ia sentar-se junto ao fogão para chorar pela filha morta. Nayr ia chorar junto.

MADAME DE XANGAI

Depois, a família se mudou para Guaporé, onde Nayr fez uma grande amiga, a hoje poeta Maria Carpi. “O pai dela tinha um hotel, e a gente pegava aqueles mosquiteiros enormes, nos

vestíamos com eles e andávamos por cima das árvores.” Viviam cheias de segredos. Mas, segredo, o que era? Era a Madame de Xangai, era um lugar que tinha uma casinha. As pessoas vinham consultar a Madame de Xangai e a cortina se abria sem ninguém tocar. Nayr dizia para Maria: “Vamos brincar aqui porque esta terrinha é boa”. Mas nunca conseguiu definir que sensação era aquela de terrinha boa. Montavam casinhas com gravetos e iluminavam tudo com velas. “Quando chovia, e o riozinho se transformava em turbilhão, as crianças iam caminhar na chuva. “E os piqueniques? E a bala Gasosa? E os piolhos? E os bichos-de-pé? Hoje em dia tudo é vírus.” Nayr tem pena das crianças de agora, transformadas em consumidores mirins.

O jogo do amor

Na adolescência, Nayr não tinha consciência de seu poder de sedução. Nem usava batom, o que destacaria demais seus olhos azuis. Não queria ser confundida com uma prostituta. “E, como respeitava o namorado das outras, as mulheres ficavam contra mim, e os homens não sabiam o que fazer comigo”. Só aos poucos, ela foi aprendendo o jogo do amor.

Em 1958, o Grupo Quixote promoveu um congresso de poesia em Porto Alegre. Veio uma porção de gente importante, inclusive aquele que foi o primeiro a ganhar seu coração. “Eu detestava minhas sardas, mas ele disse que tinha gostado muito de conhecer uma moça tão bonita e que, ainda por cima, tinha sardas.”

Corresponderam-se durante um ano. Quase meio século depois, relendo uma carta dele, Nayr se perguntou como tinha deixado aquele homem escapar. “Aos 19 anos, eu não tinha noção da vida: quando ele falou em casar, fiquei apavorada, me deu uma dor de barriga que só passou no dia em que desisti da idéia.”

Depois disso, outros homens a pediram em casamento. Nayr sempre recusava. “Os amigos até achavam que eu nunca iria casar. Diziam que eu acabaria virando estátua e que os passarinhos iam cagar na minha cabeça.” Ela também achava que não ia casar. Mas casou. Aos 35 anos, casou com Henry Saatkamp, viúvo e com três filhos: Frederico tinha 14 anos; Elizabeth, 9; e Carla, 8.

Os filhos foram um grande presente que Henry lhe deu. “Primeiro, ele teve a coragem de casar comigo (eu não era fácil, nem flor que se cheirasse). Segundo, me deu uma família.” Hoje, Frederico é engenheiro mecânico, mora em São Paulo, está no segundo casamento e tem dois filhos, Raíssa, 15 anos, e Victor, nascido há pouco. Elizabeth é arquiteta paisagista, casada com o italiano Carlo Bicchieri e mãe de Luísa, 8 anos. Carla é funcionária do CPD da UFRGS, casada com o confeitiro Marcelo Gonçalves e mãe de Martina, 4 anos.

Após longa vida familiar, Nayr vive só num enorme apartamento na Rua Riachuelo, resultado da derrubada de paredes de dois apartamentos paralelos. Há obras de arte por todo lado: na grande sala, nos quartos, nas cozinhas; esculturas, desenhos, pinturas; Grassmann, Alice Soares, Alice Bruegemann, Vasco Prado, Zorávia Bettioli, Renina Katz.

Dez anos atrás, ela começou a reler os livros da infância e a se interessar pela morte. Não seria legal se um dia perguntassem “Onde está a Nayr?” e alguém respondesse “Olha, a Nayr se perdeu na imaginação”? O tema tomou outros contornos há dois anos, com a morte de Henry. E chegou ao extremo no início deste ano, quando Nayr descobriu que tinha um melanoma no ombro direito. “A gente sempre fala da morte do outro, não da nossa, mas agora isso estava posto diante de mim.” O melanoma foi extraído, Nayr fez o tratamento recomendado e sente-se livre da ameaça. A vida continua.

UM PASSE DE MÁGICA

“Pareço alta e não sou, pareço rica e não sou, pareço já ter ido à Europa muitas vezes e não fui nenhuma, pareço solteira e sou viúva, pareço entender de bromélias e não entendo nada de bromélias. As pessoas vão dizer: Bah, Nayr, então tu és um baita dum engano. E eu digo: Não, eu sou um passe de mágica.”

BRILHO NO OLHAR

“Quando era pequena, não sabia nada do meu corpo; quando adolescente, só via o que estava mal; agora que estou velha, gosto do meu corpo. Embora alguma coisa esteja murcha, acho que sou atraente do mesmo jeito. Aceito me colocar no lugar de um jovem, desde que ele tenha uma pequena escala de valores, conheça mais de mil palavras, saiba o significado de gratidão e respeito, e tenha brilho no olhar.”

BOLHA ASSASSINA

“Quando disse que o meio era a mensagem, Mc Luhan não imaginou que se chegaria ao ponto de modificar a notícia para que coubesse no veículo. Na verdade, o veículo te domina, ele é que é o conteúdo. Quando falo em bolha assassina, estou me referindo à mídia e seus asseclas, estou me referindo à televisão e à propaganda associada a ela. Em função do lucro, elas determinam o comportamento da juventude e transformam as crianças em consumidores.”

BRANCALEONE

“Hoje em dia, os modelos são os apresentadores de TV. Se tens um minuto na televisão, está feita a tua história. Com o marketing, posso ser bailarina sem saber dançar, posso ser cantora sem saber cantar, posso ser deputada sem ter nenhuma história política. Não agüento mais ver as Adrianes Galistes da vida. É esse vazio que as pessoas não sabem mais como cobrar. Eu luto contra isso, digo que sou do Exército Brancaleone.”

ENTREGUE-SE À DOR

“Não se deve dar muita importância às dores pequenas. E para vencer as grandes dores devemos nos entregar a elas. Temos o direito de ficar tristes, melancólicos, com saudades daquilo que se deixou de ser ou daquilo que não chegamos ser. Só que ninguém fala sobre isso, parece que todos têm que estar felizes o tempo todo.”

PAINEIRAS EM FLOR

“Quero me descobrir cada vez mais, ter consciência de mim. Estou na idade da essência: tenho que fazer o que é essencial. E também na idade da lentidão: cada vez mais lenta quero ser. A natureza nos mostra isso ao florescer todo ano. Agora, por exemplo, as paineiras estão em flor, e eu espero poder sempre me encantar com isso. Por que ter pressa? Estamos indo pra onde? Que mania de imitar os americanos: *time is money*.”

FILOSOFIA DE VIDA

“Viver a experiência / que se constrói lenta / no espaço da vida / curta ou comprida / que recebemos ao nascer. / Mas o diabo é ter paciência / pra agüentar, de todo lado, / as peripécias variadas / que passamos pra crescer. / Mesmo assim, é uma aventura / a gosto de cada um: / café preto e rapadura, / lingüiça frita e melão, / o que nos diz, sabiamente, / que cabe à gente escolher / o melhor jeito de viver.”

Na Filosofia, debaixo do mau tempo

Aos 14 anos, após terminar o Ginásio, em Guaporé, Nayr veio estudar como interna no Colégio Bom Conselho, em Porto Alegre. As irmãs Maria e Cléa Carpi vieram junto. Nos fins-de-semana, amigos da família as levavam a passear. Com Dante Barone e seu amigo Danesi, freqüentavam o Restaurante Ghiloso e o Theatro São Pedro.

Elas até choraram ao deixar o internato. Nayr tinha 17 anos e um diploma do Clássico. Estava pronta para passar no vestibular para Letras Clássicas na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da UFRGS, onde teve contato com a política estudantil. Na Parada dos Bixos, desfilou como Soraya, esposa do Xá da Pérsia, repudiada por ser estéril. Na época, as turmas ainda conviviam, e os guris da Engenharia freqüentavam o Bar da Filosofia, o que rendia namoros e fofocas. Em 1963, participou da última greve estudantil antes do golpe militar. Depois, tudo se fechou.

VIVENDO COM MEDO

A tomada do poder pelos militares, deu início a um longo período de medo e insegurança. Principalmente entre os estudantes vindos do interior. “Em Guaporé, estavam prendendo gente. Meu pai não foi preso, mas o pai da Maria foi. Dois médicos da família Petracco também.” Depois, foram acontecendo coisas mais dolorosas, até com pessoas próximas. Nayr tinha

medo que a levassem a interrogatório. “Não me via em condições de agüentar uma sessão de tortura, como muita gente agüentou.” Em 1965, recém-formadas, Nayr e Maria foram trabalhar na Reitoria da UFRGS. No ano seguinte, Nayr começou a lecionar, inicialmente, no Colégio Estadual Infante Dom Henrique, em seguida, no Colégio Estadual Júlio de Castilhos.

REGRESSÃO PSÍQUICA

Aos 25 anos, entrou em depressão. Vinha sofrendo de angústia, pois o pai estava para morrer, em Guaporé. Com a morte dele, a mãe veio morar em Porto Alegre, trazendo com ela os rígidos padrões da colônia, que tentou impor à filha. “Tive depressão aguda com regressão psíquica: não comia, não dormia, não queria falar com ninguém, só ficava encolhida, voltei a ser nenê, uma coisa horrorosa.”

Recuperada, Nayr começou a fazer política sindical no Centro dos Professores, que resultou no Cpers. “Até então, o salário do professor estadual ainda era bom. Depois de 1975, com o ‘milagre brasileiro’, começou a cair. Em 1979, os professores compareceram em massa a uma assembleia da categoria.” A greve selou um acordo importante para os trabalhadores, confirmando lideranças como Zilah Totta, Tereza Noronha e Hermes Zanetti. “Era época de abertura, surgiam novos partidos e o PMDB a-

brigava diversos matizes da esquerda. Seu primeiro programa foi muito bem feito.”

CANDIDATA A DEPUTADA

Em 1987, quando Pedro Simon se elegeu governador, Nayr concorreu a deputada federal pelo PMDB, mais para ajudar na mudança. A eleição era em outubro, mas ela só começou a campanha em agosto. A grande peça de propaganda foi criada pelo amigo e padrinho de casamento Vasco Prado: um painel de 10m x 2m, com mulheres e cavalos, pintado sobre um tapume de construção. Emocionada e cheia de gratidão, Nayr não se deu conta da importância artística daquilo e deixou o painel com o dono da construção.

Dez mil votos não foram suficientes para elegê-la, mas ela foi convidada a presidir a Fundação Estadual do Bem-estar do Menor (Febem, hoje Fase). No dia da posse, veio gente que ninguém conhecia. Eram assessores que só apareciam em dias especiais. “Tirei esses assessores. Meu Deus! A campanha quase me matou.”

Depois disso, nunca mais aceitou cargo nenhum. Mas se considera feliz por ter atuado em momentos decisivos da vida brasileira, na Constituinte e no Estatuto da Criança e do Adolescente, que agora quer ver reformado: “Os Conselhos Tutelares estão ficando viciados por gente que não tem condições de ser conselheiro”.

Ela não manda dizer, vai lá e diz

Nayr tem frases assim: “Inteligente é o elevador, quem ama é o robô e eterno é o ET”; “A petulância é proporcional à ignorância”; “Detesto pessoas que são do país da jurisdição do próprio umbigo”; “Comer é um ritual, a família se dispersou na medida em que se deixou de almoçar junto”; “O professor será cada vez mais necessário, não é efeito especial nem imagem virtual, é um ser humano mesmo”; e “A sala de aula é um lugar privilegiado, não há intermediário entre produtor e consumidor”. Sobre relacionamentos, ela diz: “A idéia de que a mulher deve se igualar ao homem está quase matan-

do a diferença”; “Se antes o repressor era o adulto, agora o repressor é a criança e o adolescente, só mudou o eixo da ditadura”; e “As mães cometem uma grande imprudência ao tentarem se igualar às filhas. Elas dizem: ‘Ah, eu sou amiga da minha filha!’. Eu não, eu não sou amiga, eu sou é mãe dela”. Sobre o moderno, Nayr diz: “Dá a impressão de que mexer em botões ou manusear um celular garante o futuro e a modernidade. Mas se alguém souber definir o que é moderno, por favor, me avise”. Ou: “Gosto da categoria antiga a que pertença: é consistente, tem ética e não desbota”.



RICARDO DE ANDRADE

“Cada um escolhe o jeito de viver”